PPG7 - Acervo ISA

lições dos projetos apoiados pelo PDA-PPG7

Oficinas de intercâmbio de experiências

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
data ____/____/____
cod. M3D000076

RESULTADOS

Ministério do Meio Ambiente
Secretaria de Coordenação da Amazônia
Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais do Brasil-PPG7
Subprograma Projetos Demonstrartivos-PDA

Acervo ISA

Sumário

Apresentação 5

Sistemas agroflorestais e de recuperação ambiental 7
Introdução 9
Acertos 10
Manejo de SAFS 10
Organização de Base 10
Aspectos ambientais 11
Aspectos econômicos 12
Aspectos técnicos 12
Beneficiamento, comercialização, registro e certificação de produtos .. 14
Comercialização doméstica 14
Feiras de comercialização 15
Aceitação dos produtos nos mercados local e internacional 15
Agregação de valor aos produtos e redução de intermediários 15
Retorno financeiro e preços compensatórios 16
Assistência técnica, capacitação, avaliação e monitoramento 17
Dificuldades 21
Organizações de base 21
Linhas de financiamento à produção familiar rural 22
Manejo de SAFs 23
Fatores climáticos e ambientais 23
Insumos 23
Conhecimento dos sistemas agroflorestais 23
Credibilidade no Sistema de Produção 24
Beneficiamento e comercialização dos produtos originados nos SAFs ... 25
Assistência técnica e extensão rural 27
Lições 30
Aspectos técnicos 31
Organização comunitária para o manejo 32
Assistência técnica 32
Intercâmbio enriquecendo conhecimentos 34
Aspectos ambientais 34
Aspectos de processamento e comercialização 35
Suporte de políticas públicas aos projetos 36
Produtores e pesquisadores redirecionam pesquisa para valorizar SAFs . 37
Propostas 38
Política de fomento para o desenvolvimento 38
Parcerias nas políticas públicas 41
Eixo do desenvolvimento 41
Energia 41
Integração institucional 42

Educação regular e capacitação profissional 42
Planejamento regional voltado para diversificar e valorizar a produção local ... 43
Incentivos fiscais e registro das empresas 43
Pesquisa em implantação e manejo de SAFs 45
Linhas de pesquisa 45
Abordagem das questões a serem pesquisadas 46
Relação entre pesquisa e clientes 46
Difusão de tecnologias 46
Parcerias para a pesquisa 47
Propostas ao PDA 48
Aperfeiçoamento do PDA na execução de sua missão 48
Capacitação 49
Divulgação de lições e resultados 49
Beneficiamento e comercialização 50
Articulação de Políticas Públicas 50
Sistematização de informações e resultados 50
Gestão e burocracia do Subprograma 51
Assistência técnica e metodologias 51
Capacitação dos parceiros locais 53
Divulgação e intercâmbio 53
Comercialização 54
Refinanciamento de projetos 54
Articulação de Políticas e Parcerias 55
Garantia e assistência técnica 55
Zoneamento 55
Procedimentos de Desembolso 56
Novas modalidades de financiamento 56

Manejo de recursos aquáticos 57
Introdução 59
Acertos 61
Manejo comunitário de lagos 61
Organização, participação comunitária e valorização ambiental 61
Uso sustentável dos recursos 61
Cooperação institucional e parcerias 62
Parcerias valorizadas pelos participantes 62
Fiscalização: comunidade e Ibama atuam juntos 62
Capacitação técnica 63
Melhoria na conservação ambiental 63
Beneficiamento e comercialização 63
Transporte, armazenamento e comercialização 63
Contatos com o Mercado 63
Venda direta 63
Aumento da renda 64
Dificuldades 65
Aspectos técnicos do manejo 65
Assistência técnica 65
Deficiências político-institucionais 65
Fiscalização 66

Acervo ISA

Políticas públicas desfavoráveis 66
Registro dos produtos beneficiados 66
Mercado 67
Ausência de capital-de-giro 67
Insuficiência de assistência técnica e pesquisa 67
Unidades de beneficiamento pouco eficientes 67
Problemas de ordem ambiental 68
Lições 69
Acordos de pesca fortalecem o manejo comunitário dos lagos 70
Conscientização ambiental 70
Capacitação local e assessoria técnica 70
Organização e participação comunitária 71
Iniciativas bem sucedidas influenciam políticas públicas 71
Planejamento e gerenciamento 72
Relação com o mercado exige novas habilidades 72
Metodologia e execução do planejamento 72
Parcerias entre comunidades e órgãos governamentais 73
Propostas 74
Financiamento 74
Assistência técnica e capacitação dos agentes locais 74
Processamento e comercialização 75
Políticas públicas 75
Âmbitos estadual e nacional 76
Pesquisa e difusão de tecnologias 76
Sugestões ao PDA 77

Mata Atlântica 79
Introdução 80
Objetivo 81
Passos Metodológicos 81
Grupo A 82
Oportunidades geradas 82
Lições das experiências 82
Dificuldades enfrentadas pelos subprogramas 83
Grupo B 84
Oportunidades geradas 84
Lições das Experiências 84
Dificuldades enfrentadas pelos subprojetos 85
Lista de participantes 87
Oficina de Santarém 87
Oficina Mata Atlântica 90
Oficina de Belém 91

Acervo ISA

Apresentação

O s resultados alcançados pelos subprojetos financiados com recursos do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7) por meio do Subprograma Projetos Demonstrativos (PDA), foram amplamente debatidos nas Oficinas de Intercâmbio realizadas no segundo semestre de 1998, na Amazônia (Rio Branco-AC e Belém-PA) e na Mata Atlântica (Porto Seguro-BA).

Das discussões resultou uma primeira avaliação sobre os acertos e dificuldades detectados no processo de implementação dos subprojetos e as lições extraídas das experiências.

Realizaram-se quatro oficinas, sendo três na Amazônia e uma na Mata Atlântica. No primeiro caso, duas oficinas abordaram a área temática de Sistemas Agroflorestais e de Recuperação Ambiental (SAFs), reunindo 57 subprojetos; a outra reuniu oito subprojetos e abordou a área de Manejo de Recursos Aquáticos. No caso da Mata Atlântica, a oficina reuniu os 18 subprojetos financiados, incluindo todas as áreas temáticas.

As oficinas tiveram como objetivos "extrair lições e disseminá-las; identificar demandas de complementaridade com outros programas do PPG7 e com políticas públicas nas áreas de fomento, pesquisa, assistência técnica e capacitação."

Os participantes avaliaram seus projetos, fizeram discussões em grupo, receberam informações visuais dos projetos de outras organizações, visitaram e analisaram experiências em andamento.

Projeto Reca, Nova Califórnia

Os de Rio Branco visitaram o projeto Reca, em Nova Califórnia (Rondônia).

Visita a Igarapé-Açú, Belém

Os de Belém visitaram a Cooperativa Mista do Alto Guamá-Comag (Ourém) e a comunidade de Camurituba (Abaetetuba),ambas no Pará.

Já os de Porto Seguro (Bahia) estiveram no projeto Sistemas Sustentáveis de Produção Agrícola e Preservação Ambiental em Áreas de reforma Agrária desenvolvido no assentamento Riacho das Ostras, em Prado (BA), pelo Terra Viva.

Acervo ISA

Cerca de 120 pessoas participaram das oficinas realizadas na Amazônia, incluindo técnicos do PDA, executores locais, representantes de outros programas governamentais, Ongs e Federações de Trabalhadores na Agricultura (Fetagris). Já na Mata Atlântica, compareceram 36 pessoas, representando executores locais, Ongs, Banco Mundial, GTZ, técnicos do PDA e Comunidade Européia. O resultado das discussões forneceu um diagnóstico preliminar que servirá para orientar avaliações localizadas e pormenorizadas visando dar conta das especificidades de cada situação.

Nesse sentido, este relatório constitui um ponto de partida para conversações que possam definir possíveis parcerias para o aprofundamento de estudos, definição e conjugação de mecanismos visando a solução de problemas e o aperfeiçoamento de procedimentos. Principalmente, no estabelecimento de ações conjuntas para ampliar as possibilidades de sustentatibilidade dos subprojetos, objetivando maior repercussão de seus acertos em suas regiões.

Com isso, o Subprograma PDA espera subsidiar as discussões entre subprojetos e instituições públicas e entre a própria Secretaria Técnica (ST) e os governos local, estadual e federal na busca de soluções compartilhadas das iniciativas de utilização sustentável dos recursos naturais, por comunidades locais.

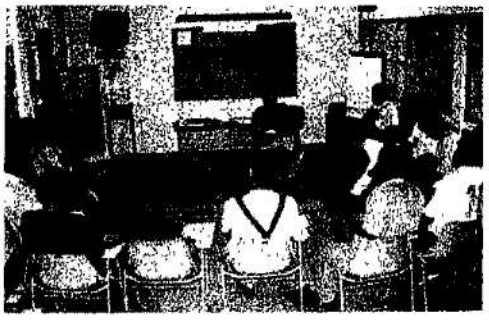
Desta forma o Ministério do Meio Ambiente (MMA), a Secretaria de Coordenação da Amazônia (SCA) e o PPG7 esperam estar contribuindo para a integração de políticas públicas que contemplem o desenvolvimento econômico, associado a políticas de conservação ambiental, gerando conhecimentos que elevem a capacidade das comunidades locais no aproveitamento de seus recursos.

Secretaria Técnica do PDA

Acervo ISA

Sistemas agroflorestais e de recuperação ambiental

RIO BRANCO E BELÉM, 1998



Sistemas agroflorestais e de recuperação ambiental

Os subprojetos de manejo de sistemas agroflorestais são voltados para a reversão de processos de degradação ambiental e de adoção de tecnologias impactantes, por meio da introdução de maçiços florestais ou consórcios diversificados que visem restaurar os aspectos função/forma dos ecossistemas e/ou proporcionar a obtenção de produtos economicamente viáveis. Nesta área temática incluem-se, entre outros, os subprojetos de reflorestamento com espécies nativas; os de beneficiamento, processamento e comercialização da produção agroflorestal implementados coletivamente para diversificar as atividades produtivas e melhorar a renda familiar das comunidades da Amazônia, da Mata Atlântica e de ecossistemas associados.

Introdução

Os participantes da oficina de Sistemas Agroflorestais destacaram aspectos importantes para que os projetos aumentem suas chances de sustentabilidade. São aspectos relacionados com os acertos dos subprojetos, quanto à organização de base das comunidades, passando por questões ambientais, econômicas e técnicas referentes ao manejo de SAFs.

Em se tratando de beneficiamento, comercialização, registro e certificação de produtos, os agricultores acreditam que acertaram ao investir na comercialização doméstica e nas feiras de comercialização. Também consideram que foram importantes a exportação dos produtos e sua boa aceitação no mercado local, a agregação de valor aos produtos, a redução dos intermediários no processo de comercialização, o retorno financeiro e os preços compensatórios.

No caso da assistência técnica, capacitação, avaliação e monitoramento de subprojetos, os acertos apontam para os seguintes aspectos: intercâmbio e integração entre os agentes, valorização do conhecimento dos agricultores, o valor das técnicas para o desenvolvimento dos projetos e redução das áreas degradadas.

No que diz respeito às dificuldades enfrentadas, a questão relativa à organização de base também aparece como ponto focal. Neste caso, por conta da diversidade e dispersão populacional da amazônia que inviabilizam a integração comunitária, somando-se a isso um outro fator de peso que são as diferenças culturais.

Outras dificuldades referem-se à descapitalização da maioria dos produtores familiares, pois além de poucas, as linhas de financiamento que existem apresentam distorções. Na parceria com o PDA, os principais entraves são a burocracia e complexidade dos formulários. Quanto ao manejo de SAFs as dificuldades se configuram na resistência, por parte dos produtores, pesquisadores e agentes financeiros acostumados a lidar com práticas convencionais ou pacotes tecnológicos. Outro problema enfrentado pelos agricultores familiares na amazônia está relacionado com o beneficiamento e a comercialização dos produtos originados nos SAFs. A questão da assistência técnica e extensão rural juntamente com os encargos financeiros elevados e a escassez de recursos representam dificuldades para os agricultores, sobretudo os de base familiar.

Mas as dificuldades não conseguem deter a capacidade de propor dos agricultores, que apresentaram um conjunto de propostas, contemplando aspectos como : política de fomento para o desenvolvimento, aperfeiçoamento na execução do PDA, melhoramento da assistência técnica, entre outras.

Acertos

Manejo de SAFS

Em relação ao enfoque técnico do manejo de SAFs, os participantes das oficinas indicaram como acertos uma série de aspectos que devem ser reforçados para que os subprojetos aumentem suas chances de sustentabilidade. As considerações, neste caso, referem-se à organização de base, aos aspectos ambientais, econômicos e técnicos; beneficiamento, comercialização, registro e certificação de produtos.

Organização de Base

Dentre os acertos apontados pelos agricultores no que se refere à organização de base, destacam-se, entre outros: valorização do cerrado, importância das entidades de apoio, possibilidades de melhoria da renda e apoio à estrutura das organizações.

Subprojetos vinculados à Rede Frutos do Cerrado (MA) destacam como aspectos positivos a troca de experiência, criação de coordenações locais e acompanhamento técnico integrado às diversas etapas de execução. Destacam, ainda, a valorização do Cerrado em consequência dos bons resultados dos subprojetos apoiados pelo PDA; o Sul do estado do Maranhão aparece como uma opção acertada, sendo reconhecida pelos produtores rurais da região.

No geral, foi destacada a importância de entidades locais de apoio, que atuam com métodos participativos, neste caso, organizações não-governamentais (Ongs). O apoio dessas entidades é fundamental devido à carência de assistência técnica da rede pública, principalmente em relação a técnicos sensíveis e preparados para orientar os plantios e manejo de Sistemas Agroflorestais.

Por outro lado, as entidades locais servem também de apoio a outros aspectos da organização dos produtores, como às atividades comunitárias e culturais.

A possibilidade de melhoria da renda constitui outro acerto apontado pelos agricultores. Isso, inclusive, pesou bastante na decisão dos produtores em permanecer nas atividades agrícolas, com a esperança renovada de que esses projetos possam gerar vantagens em comparação à migração para outras áreas ou outras atividades.

Na visão dos produtores "o trabalhador sentiu apoio para ficar na sua residência e usar sua capacidade natural". Capacidade natural se refere ao uso das potencialidades locais, tanto relativas aos recursos naturais disponíveis, qauanto ao conhecimento dos produtores no uso desses recursos.Nesse sentido, é bastante enfatizada a necessidade de se trabalhar abordagens que integrem produção, transformação e mercado, de acordo com o nível de

organização das comunidades. Foi citado que a experiência tem demonstrado ser viável à produção de frutas naturais, havendo um potencial considerável de mercado para esses produtos.

O apoio investido na estrutura das organizações como suporte para o desenvolvimento dos subprojetos é avaliado como fundamental na complementação das iniciativas locais. Da parte das comunidades locais, intensifica-se a criação de Caixas Agrícolas, mudanças na feição jurídica das organizações, elevando o número de cooperativas e associações e demonstrando uma aposta em formas alternativas de uso dos recursos naturais. A busca da adequação das linhas de crédito comercial (fundos constitucionais) ao perfil econômico dos produtores familiares da Amazônia também tem sido uma luta dessas organizações ao longo dos anos 90.

O apoio do PDA tem ajudado para aquisição e construção de unidades de beneficiamento de frutos, de alguns prédios para abrigar as plantas de industrialização, equipamentos, estruturas de refrigeração e transporte de produtos beneficiados. No que concerne à produção, o PDA tem contribuído para construção de viveiros, plantios e tratos culturais de sistemas agroflorestais e para estruturação do manejo e coleta de produtos extrativos (pequi, fava d'anta, açai, cajá, cupuaçu, entre outros).

Destaca-se nas avaliações a relação positiva entre produtores e associações como pressuposto na gestão participativa dos subprojetos. A colaboração comunidade na execução compartilhada dos subprojetos tem sido fundamental para o sucesso das iniciativas.

Aspectos ambientais

A elevação do nível de consciência sobre a necessidade de preservação do meio ambiente foi considerado um aspecto muito importante, revelando um acerto bastante significativo.

Os executores de subprojetos afirmam estar obtendo bons resultados na conscientização sobre a importância da preservação dos riachos e brejos. As avaliações dão conta de que "a valorização da natureza diminuiu as queimadas nas florestas e Cerrados" e que "descobrimos a riqueza do grande potencial de frutos que eram desperdiçados na região."

A ênfase nos acertos do trabalho direcionado à recuperação ambiental é acentuada pelos subprojetos da Rede Frutos do Cerrado. Essa avaliação coincide com outras que demonstraram que um dos ganhos mais destacados das organizações diz respeito à conscientização ambiental sobre a importância desses ecossistema. Na linha de preservação, os sistemas de coleta de frutos naturais diminuem a pressão sobre as florestas. No caso da Rede Frutos do Cerrado, o trabalho que está sendo feito envolve a proteção de áreas de fruteiras nativas. Outra demonstração do crescimento da consciência sobre a importância da preservação, é a iniciativa de formação de açaizais em locais que não tinham tradição de uso desse recurso, como no Lago do Deserto, em Marabá (PA). O manejo de açaizais já existentes, foi avaliado como bastante positivo em termos ambientais e econômicos, verificando-se considerável aumento de produção, como vem sendo demonstrado pelo Projeto Tipiti, de Abaetetuba (PA).

A apicultura foi enfatizada como uma atividade que conserva o meio ambiente (obrigando os produtores a diversificarem os plantios de espécies florestais que produzam floração) e ajuda a preservar a saúde das pessoas que consomem o mel.

No trabalho de recuperação e conservação ambiental, tem sido positiva a orientação para implantação de culturas em extinção.

Aspectos econômicos

Não faltam aos agricultores motivações econômicas para os cultivos agroflorestais. Ao falarem dos acertos relacionados ao aspecto econômico dos subprojetos, ressaltam: melhoria na distribuição da mão-de-obra e na qualidade dos produtos; e redução nos custos de produção.

As motivações econômicas para os cultivos agroflorestais aparecem como um ponto forte na decisão dos produtores. Nesse sentido, os executores de subprojetos afirmam que, em alguns casos, está havendo melhor aproveitamento das áreas cultivadas.

Observam também que esses sistemas permitem melhor distribuição da mão-de-obra durante o ano/ciclo e a redução dos custos de produção, embora chamem atenção à necessidade de análises de custos para obtenção de coeficientes técnicos que possam orientar o manejo.

Afirmam, ainda, que seus produtos apresentam melhor qualidade e que estão abrindo possibilidades pela descoberta do valor das frutas nativas, especialmente as do Cerrado. Os SAFs fortalecem a reciprocidade na troca de produtos.

Nota-se iniciativas próprias de busca de linhas de financiamento, bem anteriores aos investimentos do PDA. Programas como o Prodex (Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Extrativismo), Prorural-FNO, e o extinto Procera, entre outros, são conhecidos e alguns até desenvolvidos pelas organizações. No entanto, para se enquadrar nas regras dos agentes financeiros, muitas vezes, as idéias originais dos produtores são transfiguradas.

A implementação do crédito sem assistência técnica é submetida às pautas de produtos determinadas pelos bancos, o que tem dificultado o sucesso dos financiamentos. Os encargos financeiros têm sido impraticáveis pelos produtores familiares rurais da região Norte. No caso dos produtores do Nordeste e do Mato Grosso, o acesso ao FNE (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste) e ao FCO (Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste) tem sido altamente dificultado, uma vez que não foram adaptados aos microprodutores como o conquistado junto ao FNO.

Aspectos técnicos

No que tange aos aspectos técnicos dos subprojetos os acertos estão relacionados aos seguintes temas: capacitação dos produtores, formação de viveiros, definição do local da roça, plantio com sementes, nova mentalidade sobre o uso da terra, combinação de culturas, práticas de controle biológico e aproveitamento de madeira morta.

Também são consideradas positivas as iniciativas de capacitação dos produtores em múltiplas atividades no manejo técnico dos sistemas agroflorestais (cuidados com o solo, tratos culturais, preservação de mananciais e outras técnicas coerentes com a conservação ambiental e desenvolvimento desses sistemas).

A maioria dos executores de subprojetos afirma que está acertando na formação de viveiros (Projeto 336, Atividades Integradas de Proteção e Recuperação Ambiental com Trabalho Comunitário), inclusive com grande diversificação das espécies manejadas; adequação de espécies às condições ecológicas dos solos; recuperação e melhoria da fertilidade do solo; cobertura verde com leguminosas; condução de rebrotas nativas de frutíferas e leguminosas; enriquecimento por meio do plantio direto de sementes dentro de tabocas; e rotação de culturas temporárias.

Apontam como acertos a definição do local da roça de primeiro ano, protegendo espécies nativas do terreno, assim como a capina seletiva nos SAFs e controle de plantas daninhas por espécies arbustivas.

Destacam como positivo o plantio com sementes, sendo que alguns estão aprendendo técnicas e a época apropriada para coleta de sementes de espécies florestais.

Em geral, a diversificação de plantios e o enriquecimento de capoeiras com culturas temporárias e permanentes começam a se firmar como conceito de produção entre os executores de subprojetos apoiados pelo PDA. Por outro lado, citam o aumento da mão-de-obra investida nesses sistemas, investimento este ocasionado pela realização das podas.

Ao nível da conscientização, os executores de subprojetos apoiados pelo PDA, afirmam que estão possibilitando atitudes considerando os impactos da ação humana sobre o meio. Para eles, esse aspecto reflete acertos substanciais que estão formando uma nova mentalidade sobre o uso da terra, adquirindo melhores conhecimentos e convivência com os recursos naturais, e diversificando culturas.

A combinação de culturas anuais com lavouras permanentes, semi-perenes, criação de abelhas e peixes, passam a ser internalizadas entre os executores de projetos.

O aproveitamento de diversos estratos na mesma propriedade com variedade de cultivos inclusive com a utilização de plantas de múltiplo uso (leguminosas como o ingá). Há uma avaliação positiva também em relação a domesticação de espécies nativas nos modelos intensivos e em relação a contribuição para adoção de práticas de modelos intensivos

Aqueles que estão introduzindo espécies exóticas nos SAFs, como a Teca, no subprojeto do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ji-Paraná (TO) avaliam que, estão acertando, embora os cultivos tenham pouco mais de dois anos.

Em relação à ocorrência de pragas e doenças, há relatos de que está havendo a internalização de práticas de controle biológico. O controle do uso do fogo e de incêndios acidentais também tem sido significativo para o desenvolvimento dos SAFs.

As novas práticas têm repercussão também na saúde e alimentação das famílias envolvidas. É o caso do subprojeto executado pela comunidade de São Francisco do Arapiuns, em Santarém (PA), que passou a cultivar legumes no meio dos sistemas agroflorestais, enriquecendo a dieta das famílias que antes não tinham costume de cultivar essas plantas.

O aproveitamento de madeira morta das áreas degradadas também aparece como uma prática emergente entre os agricultores.

Por fim, nessa primeira avaliação reunindo representantes de subprojetos que atuam na implementação de sistemas agroflorestais, constata-se que há um processo de aprendizado e efetivação da recuperação de áreas degradadas; a diminuição de derrubadas para o plantio de lavouras brancas, sendo que a agricultura passa a ser feita em áreas degradadas.

Beneficiamento, comercialização, registro e certificação de produtos

Entre os acertos apontados no que se refere ao beneficiamento, comercialização, registro e certificação de produtos no processo de execução dos subprojetos financiados pelo PDA, os executores dão vários exemplos, destacando-se: a comercialização doméstica, feiras de comercialização, exportação de produtos e sua boa aceitação no mercado local, agregação de valor aos produtos e redução dos intermediários, retorno financeiro e preços compensatórios.

Comercialização doméstica

Os participantes relacionaram os frutos que estão sendo beneficiados em seus subprojetos: cupuaçú, bacuri, cajá, açaí, castanhas (de cajú e do Brasil), cajú, banana, acerola, manga, buriti e bacaba.

A maioria dos subprojetos cujos produtos a serem beneficiados estão em fase de transformação, afirma que tem domínio parcial das técnicas de beneficiamento. Grande parte destes utiliza a mão-de-obra das mulheres dos sócios em processos artesanais. Essa situação é determinada por esses subprojetos estarem num estágio inicial do beneficiamento dos produtos de forma que os executores vão aprendendo com suas próprias experiências. A comercialização doméstica (mercados locais) é vista como alvo prioritário nas avaliações dos executores de subprojetos PDA. As feiras de polos urbanos importantes, como Belém (PA), Rio Branco (AC) e Porto Velho (RO) estão nos planos desses produtores. A visão de mercado local refere-se aos circuitos municipal, estadual e regional e até ao nível macroregional (Amazônia Legal), como a castanha-do-Brasil.

Acervo ISA

Feiras de comercialização

Como mercados potenciais, representantes de algumas organizações de produtores familiares rurais afirmam que estão buscando oportunidades como a merenda escolar (caso da Prefeitura de Belém). A Feira da Agricultura Familiar (Fepam) que realiza-se em Belém, desde 1997, aparece como uma boa oportunidade que os subprojetos apoiados pelo PDA têm utilizado para divulgar seus produtos. Nesse caso, participam subprojetos do polo Marabá (PA) e da Rede Frutos do Cerrado (MA e TO).

A Feira da Economia, em processo de organização pela Secretaria de Economia da Prefeitura de Belém, vem sendo muito bem recebida pelos produtores da região. O mercado local vem se constituindo em alvo prioritário das organizações. No caso das organizações de Rondônia, as polpas de frutas estão sendo comercializadas na própria região, em pequenas quantidades, para o comércio varejista.

Subprojetos que participaram em feiras internacionais consideram essa experiência importante para abrirem outras perspectivas de mercado e para conhecerem os padrões de exigência aos quais devem se adequar para competir nesse âmbito de comercialização.

Quanto às exposições nacionais, os participantes consideram positiva a realização da ExpoAmazônia e gostariam que houvesse maior participação do Poder Público dos Estados da Região para ampliar as possibilidades de negócios e parcerias e promover, com isso, a valorização de produtos amazônicos.

Aceitação dos produtos nos mercados local e internacional

A certificação e registro de produtos estão adiantados em alguns projetos que recebem apoio do PDA. A Cooperativa Mista Agroextrativista do Alto Jari (Comaja) já tem seu registro e certificação da castanha-do-Brasil. Essa cooperativa já começou a exportação de produtos para a França.

A Cooperativa Mista dos Produtores e Extrativistas do Rio Iratapuru (Comarau) também tem a sua linha de castanha certificada. Experiências ligadas à Rede Frutos do Cerrado (MA e TO) estão discutindo contrato com a MERK para comercialização de fava d´anta.

Produtos com bom potencial de inserção no mercado como o café e o mel ainda não têm registro. No caso de Juína, a polpa de maracujá e café apresentam boa aceitação no mercado local. O maracujá tem sido uma opção frequente para os cultivos de ciclo médio pela boa aceitação de mercado.

Agregação de valor aos produtos e redução de intermediários

Representantes do subprojeto 318 (Desenvolvimento Autosustentável da Cooperativa Mista Extrativista de Laranja do Jari) destaca que estão conseguindo agregar valor aos seus produtos; diminuir a dependência de intermediários; e assegurar um fluxo de vendas razoável. Todos esses fatores estão contribuindo para incentivar os sócios a preservarem os recursos naturais de suas propriedades.

Os executores de subprojetos que estão produzindo pescado, madeira, castanha, palmito, polpas, óleos vegetais e mel afirmam que estão agregando valor significativo, com bom retorno para a comunidade. Esses casos merecem estudos mais profundos que possam confirmar essas observações para potencializar os investimentos nessas experiências.

No caso do peixe, os subprojetos que estão investindo nos criatórios (piscicultura) estão bastante satisfeitos com os resultados. Além de melhorar a alimentação das famílias com mais uma fonte de proteína, outras atividades econômicas estão sendo estimuladas. A produção de alevinos vem sendo executada por alguns subprojetos como o da Associação Novo Progresso, de Brasiléia (AC).

Situados em regiões tradicionalmente importadoras de peixe (Acre e parte de Rondônia), esses subprojetos não apresentam dificuldades para comercializar o que produzem. Um dos problemas é garantir uma produtividade capaz de suprir as necessidades das famílias e excedentes para a comercialização em escala. A Associação Capricho Ideal, de Boca do Acre (AC), vendeu cinco toneladas de peixe em 1998. As estruturas de comercialização utilizadas são simples, dependem de freezers para o congelamento, sendo que as vendas são diretas ao consumidor em pontos na cidade de Rio Branco.

Retorno financeiro e preços compensatórios

Muitos agricultores vêm aderindo à apicultura porque essa atividade apresenta rápido retorno financeiro e preços compensatórios. Isto explica a formação de um importante polo produtor apícola no eixo da BR-364, onde os executores de projetos apoiados pelo PDA, combinam sistemas agroflorestais com a apicultura. Nesses casos, há uma procura por equipamentos que facilitem a qualidade da produção de mel.

O subprojeto da comunidade de Garcia, em Camamu, (BH), está produzindo e comercializando coletivamente o azeite de dendê ao mesmo tempo que enriquece seus solos e suas roças com introdução de cultivos de espécies florestais. Nas oficinas de intercâmbio da Amazônia, subprojetos da Mata Atlântica participaram compartilhando aprendizados.

Entre os maiores acertos identificados pelos executores de subprojetos apoiados pelo PDA está a aceitação dos produtos no mercado pela qualidade. Esse fator vem estimulando parcerias entre projetos (exemplo, Reca e APA Associação de Produtores Alternativos) e a necessidade de apoio técnico para o processamento.

Acervo ISA

Assistência técnica, capacitação, avaliação e monitoramento

Intercâmbio e integração entre diversos agentes, valorização do conhecimenrto dos agricultores e das técnicas para o desenvolvimento dos projetos e Redução das áreas degradadas. Estes foram os pontos abordados pelos participantes das oficinas no que diz respeito aos acertos verificados sobre os seguintes aspectos: assistência técnica, capacitação, avaliação e monitoramento dos subprojetos.

Embora ocorram ainda de forma insuficiente, as experiências de integração de pesquisa, extensão e organizações dos agricultores são consideradas muito importantes. Principalmente quando produzem intercâmbio sistemático de conhecimentos entre órgãos que prestam assistência técnica e realizam pesquisa.

Em algumas regiões já ocorrem intercâmbios por meio de visitas de agricultores a experiências similares. É o caso da Associação para Ajuda Mútua (Ajopam) de Juína, do Mato Grosso; da Associação de Produtores Alternativos (APA), de Ouro Preto do Oeste de Rondônia, que basearam seus projetos na experiência do Projeto RECA, em Nova Califórnia, também no estado de Rondônia; e associações do Vale do Acre que visitaram os consórcios agroflorestais do Projeto RECA; técnicos e produtores da Rede Frutos dos Cerrado que foram aprender técnicas de enviveiramento na Associação 25 de Julho, em Ourém, no Pará.

Na busca de aprimoramento técnico alguns subprojetos têm atraído o interesse de universidades e de outras instituições de pesquisa, que passam a desenvolver pesquisas aplicadas de interesse comum. É o caso do Projeto RECA, Projeto Tipiti, em Abaetetuba (PA) e da Cooperativa Agroextrativista de Epitaciolândia e Brasiléia (Capeb – Acre).

Entre os subprojetos apoiados pelo PDA na Mata Atlântica, os intercâmbios envolvendo visitas dirigidas a experiências similares, têm impulsionado a adoção de práticas conservacionistas nos cultivos agroflorestais.

A avaliação sugere que essas práticas sejam fortalecidas, assegurando assistência técnica ao subprojeto, com técnicos próprios, integrados com entidades de apoio e da extensão rural do Estado, do qual esperam maior envolvimento. Com isso querem, também, aumentar os canais para obtenção

de informações técnicas entre as instituições de assistência técnica, os agricultores, ministérios afins e empresas que atuem nas mesmas áreas.

Quando o conhecimento dos agricultores é incorporado aos planos de manejo agroflorestal, as chances de sucesso dos subprojetos são maiores. É o que atestam as avaliações. Mesmo sendo novidades as justificativas técnicas, eles conhecem o comportamento de determinadas plantas bem como as respostas do solo e do clima de suas microregiões.

Por isso, consideram acerto quando a assistência técnica dialoga e valoriza o conhecimento dos agricultores, assegurando a participação destes nas discussões do que está sendo feito nos planos de manejo. A participação das mulheres nas reuniões técnicas é vista como proveitosa para elas e para o trabalho comunitário, pois, além de interessadas, disseminam rápido o que aprendem.

Como exemplo de integração de conhecimentos e valorização dos produtores como agentes de extensão, é considerado acerto a formação de monitores em agrofloresta. A Comissão de Acompanhamento do Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Extrativismo (Prodex) vem incentivando essa prática, formando os agentes paraflorestais - agricultores treinados pela extensão rural para divulgar e desenvolver mecanismos de acompanhamento da execução dos projetos financiados.

O aproveitamento didático dos experimentos realizados por iniciativa dos próprios agricultores é indicado como um bom caminho para aproveitar conhecimentos que vêm sendo gerados sem a orientação da extensão rural.

Consideram que devem ser reforçadas metodologias direcionadas para grupos - alvo específico (mulheres, jovens, crianças, agricultores em fase idêntica de desenvolvimento de projetos) - para otimizar os processos de capacitação. Conteúdos genéricos, sem uma relação prática com as ações locais não geram resultados positivos. A Assessoria direta, com envolvimento de toda a comunidade, tem sido bem sucedida.

Níveis diferenciados de capacitação aproveitam melhor interesses e potencialidades dos produtores. A experiência vem demonstrando que a assistência técnica deveria contribuir mais efetivamente com a profissionalização dos agricultores nas aptidões exigidas pelas novas atividades em que estão se envolvendo (transformação de produtos, sondagens de mercado, gerenciamento de organizações produtivas e comerciais, entre outras).

Os cursos microrregionais de capacitação são apontados como muito eficientes, permitindo a quebra do isolamento entre os projetos, outras experiências do seu entorno, ao mesmo tempo que permitem aprofundar as espeficidades locais.

Sistemas de controle interno que registram, sistematizam e debatem com os executores o desenvolvimento das experiências, já funcionam em alguns subprojetos. No entanto, precisam evoluir, para criar mecanismos de avaliação que permitam a participação dos demais agentes do desenvolvimento local.

Os participantes das oficinas falaram das técnicas que aprenderam e ajudaram no desenvolvimento de seus subprojetos: enxertia, apicultura, adubação

orgânica, usando recursos da própria natureza; plantios consorciados, manejo de SAFs, plantios consorciados em capoeiras, manejo de capoeiras.

É observado como positivo, também, o conhecimento adquirido para produção de mudas (com pouca perda); o coveamento, a organização das mudas no viveiro e o plantio correto, o espaçamento entre as espécies; poda, enxertia, entre outras.

É importante evidenciar que embora pareçam técnicas triviais, esses agricultores, em sua maioria, se limitavam aos cultivos baseados no sistema de corte-e-queima com pousios que variavam de acordo com o tamanho da propriedade e da família.

Os sistemas agroflorestais, embora praticados tradicionalamente por muitas comunidades indígenas e caboclas da Amazônia, são uma novidade em termos de políticas governamentais, apresentando incertezas quanto a viabilidade técnica, uma vez que as pesquisas caminham mais lentamente que o interesse dos agricultores. Por outro lado, o convencimento para que os agricultores abandonem suas práticas convencionais e apostem em culturas de ciclo longo e perenes não tem sido fácil, principalmente quanto às incertezas econômicas. Por isso, observa-se em alguns subprojetos, que a participação ainda é lenta, como lentas são as respostas desses sistemas.

Numa ação de efeito mais estratégico, os produtores e técnicos apostam numa abordagem que informa a população dos riscos das destruições. Nessa linha, consideram promissoras as ações de preparação das novas gerações com uma visão conservacionista de uso dos recursos naturais.

Como meios de difusão de conhecimentos, os centros de treinamento das associações são vistos como essenciais para abrigar visitantes nas trocas de experiências. O apoio do PDA ao Projeto RECA foi justamente na estrutura para recepcionar os visitantes, ajudando significativamente na difusão dos conhecimentos gerados naquele Projeto. Dias de campo são bem vistos como método de intercâmbio de experiências e de aproximação das famílias.

Os efeitos-demonstração são mais eficientes, principalmente no aprendizado de técnicas. Num dos subprojetos, a adoção da formação de húmus pelos produtores precisou ser vista pelos participantes. Cursos técnicos nas associações envolvendo todos os participantes dos subprojetos, combinados aos cursos práticos e demonstrativos. O material didático deve ser apropriado à compreensão dos agricultores.

As escolas de Agricultores Técnicos, como as Escolas de Alternância que existem em Rondônia e na Transamazônica (PA), aparecem como uma boa alternativa de formação de jovens extensionistas dentro de uma concepção socioambiental a ser incentivada. A formação de monitores diminui o trabalho de campo da equipe técnica.

A metodologia de assistência técnica participativa permitiu a descoberta de outro modelo de desenvolvimento agrícola. Agora pode contribuir para mostrar à sociedade a necessidade da preservação.

Os sistemas agroflorestais em capoeiras, sem desmatar novas áreas, é apresentado como um aprendizado válido e que está dando certo nos subprojetos apoiados pelo PDA. Como resultado está havendo uma redução nas áreas degradadas. De acordo com os depoimentos, cresce o resgate de práticas extrativistas, antes condenadas como atrasadas. Entre pequenos produtores agrícolas cresce o interesse em aprender a aproveitar produtos extrativos.

O aproveitamento do cupuaçu, com a geração de produtos variados, também é visto com entusiasmo pelos produtores. Vale ressaltar que a maior parte do cupuaçu utilizado por subprojetos como Correntão, de Nova Ipixuna (PA) e Caixa Agrícola Araras, de Marabá (PA), é coletada em florestas nativas. O cajá, no Sul do Maranhão e Norte do Tocantins, também provém de árvores silvestres.

Desta forma, manifesta-se um consenso de que vários conceitos de agricultura ecológica, começam a ser assimilados pelos agricultores. Ao mesmo tempo verifica-se os agricultores mais preocupados em diversificar sua produção.

O acompanhamento técnico proporciona o aproveitamento racional da propriedade. Com a redução das áreas trabalhadas, os agricultores afirmam que ganharam mais tempo para fazer outros serviços na propriedade.

Acervo ISA

Dificuldades

Organizações de base

- Organização social deficiente;
- falta de acapacidade de gerenciamento dos subprojetos por parte dos executores;
- pessimismo de alguns companheiros;
- desagregação familiar em decorrência da falta de opções educacionais para os filhos;
- migração de pessoas capacitadas;
- cursos de capacitação ministrados somente aos homens;
- população diversificada;
- pouca participação dos produtores no processo decisivo do andamento dos subprojetos;
- dificuldade de deslocamento das famílias para as reuniões devido a forma de distribuição geográfica dos loteamentos do Incra;
- alto índice de produtores analfabetos;
- pouca integração social;
- desânimo dos sócios envolvidos;
- desconfiança dos produtores que foram prejudicados com outras inicitivas do governo.

A região Amazônica é caracterizada por uma diversidade populacional muito grande, na área rural, onde convivem populações tradicionais (ribeirinhos, índios), representantes de área de colonização antiga (Nordeste do Pará) e de áreas de colonização recente (Transamazônica no Pará, grande parte de Rondônia, Vale do Acre e Tocantins).

A região também é caracterizada pela menor densidade populacional por área do país. Essa grande dispersão da população é um fator de forte influência sobre o planejamento de qualquer atividade a ser desenvolvida na região.

Em alguns locais, o processo de colonização foi feito com base no modelo "espinha de peixe", onde o morador que reside em uma das vicinais (estradas transversais), para ter contato com outro morador, de outra vicinal, tem que andar, muitas vezes, mais de cinqüenta quilômetros. Sendo que os problemas na distribuição dos lotes são verificados ainda hoje em alguns assentamentos feitos pelo Incra.

A população também é caracterizada por raízes culturais muito diferentes (gaúchos, nordestinos, índios, ribeirinhos), que aliado a outros fatores, dificulta a

integração social entre os moradores da região. Isso gera algumas dificuldades no processo de organização dos produtores, encarecendo transportes, consumindo muito tempo com os deslocamentos e gerando desânimo e pessimismo. Essas dificuldades devem ser consideradas em relação as perspectivas de desenvolvimento que venham a ser colocadas pelas organizações representativas.

Outra dificuldade detectada quando se trabalha com iniciativas governamentais, é a desconfiança por parte dos produtores em conseqüência de experiências mal sucedidas em relação aos programas que não alcançaram os resultados propostos ou que provocaram prejuízos a eles, produtores, e às suas famílias.

Destaca-se entre as grandes dificuldades de organização, o baixo grau de escolaridade da maioria dos produtores, em especial das mulheres. A dificuldade de acesso à educação e à atividades de formação, na maior parte da região, acabam gerando a desagregação das famílias - que enviam seus filhos para estudar nos centros de médio e grande portes da região - ou até mesmo a migração de famílias inteiras para outras localidades ou regiões. Com o afastamento dos jovens das novas tarefas, ficam os mais idosos, os quais muitas vezes apresentam dificuldade para adquirir novas habilidades.

Essas são algumas das causas pelas quais encontra-se, na Amazônia, grande dificuldade por parte dos produtores e de suas organizações em desenvolverem processos de gerenciamento e administração dos subprojetos de forma mais eficiente.

Linhas de financiamento à produção familiar rural

- Demora na aprovação das propostas em descompasso com o calendário agrícola;
- falta de experiências em Safs por parte das agências financiadoras;
- atraso na liberação de recursos, comprometendo a instalação dos subprojetos;
- recursos financeiros limitados obrigam o produtor a trabalhar no que dá retorno mais rápido;
- falta de apoio financeiro para os tratos culturais das áreas extrativas (cajá, bacuri e jussara).

Um dos principais problemas enfrentados na região Amazônica é a descapitalização da maioria dos produtores familiares que, aliada aos elevados custos de produção de grande parte das atividades desenvolvidas, faz com que recorram a programas de apoio do governo (como o PDA) e/ou às linhas de crédito existentes na região (Prorural e Prodex vinculados ao Fundo Constitucional do Norte, Pronaf e o Procera) para poderem desenvolver suas atividades.

A maioria das linhas de crédito, apesar de ter como prerrogativas institucionais o apoio aos segmentos produtivos da pequena produção rural e urbana das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e já ter sido adaptada como fruto de conquistas realizadas pelos produtores familiares da região, apresenta ainda uma série de

distorções. Suficientes para dificultar o acesso e se distanciar de seu real papel de gerar alternativas de renda e melhorar a qualidade de vida das famílias beneficiadas.

Dentre os problemas detectados nos programas de crédito comerciais, conforme depoimentos dos participantes das oficinas, constam: a inadequação dos projetos de financiamento em relação aos sistemas trabalhados pelos produtores familiares; a obrigatoriedade de se financiar apenas as atividades que o banco e a assistência técnica propõem; a resistência de grande parte dos agentes financeiros em trabalhar com esses segmentos produtivos; os encargos financeiros extremamente elevados para o nível de renda das atividades; os prazos de carência e de pagamento dos financiamentos; e a inexistência de um seguro agrícola para cobrir eventuais perdas nos subprojetos.

Manejo de SAFs

Fatores climáticos e ambientais

- A grande estiagem causada pelo el niño destruiu várias plantações;
- algumas pragas e doenças sem métodos eficientes de controle;
- ataque de animais silvestres (ratão, cotia, macaco);
- as queimadas que atingem os SAFs no verão;
- ainda há dúvidas (não é consenso a credibilidade) sobre a viabilidade dos SAFs;
- dificuldade de integrar o componente animal.

Insumos

- Sementes e mudas inexistentes ou de má qualidade;
- confecção de mudas e sementes não é suficiente.

Conhecimento dos sistemas agroflorestais

- Desconhecimento técnico das espécies criadas e cultivadas;
- desconhecimento técnico de manejo de sombra;
- problemas de desenhos de SAFs;
- falta de pesquisas sobre SAFs que referendem os plantios e tratos culturais das espécies cultivadas;
- falta de pesquisas sobre SAFs;
- falta de calendário agroecológico para orientar produtores e técnicos.

Credibilidade no Sistema de Produção

- Pouca disponibilidade de tempo da família para cuidar de SAFs;
- resistência à adoção dos SAFs pela demora nos resultados e altos custos de implantação;
- carência de relação entre projetos para troca de experiências;
- inexistência nas proximidades de experiências que deram certo.

Para se avançar nessas experiências, inclusive junto aos próprios produtores familiares, uma das barreiras é a ausência de consenso sobre a efetiva viabilidade desses sistemas e o pouco conhecimento sobre as técnicas já testadas efetivamente que possam ser utilizadas no manejo dos SAFs. Essas incertezas geram resistências por parte dos produtores, pesquisadores e agentes financeiros acostumados a lidar com práticas convencionais ou com pacotes tecnológicos. Isso afeta o manejo e o desenho dos sistemas agroflorestais.

A burocracia e a lentidão por parte dos órgãos governamentais (agentes financeiros e Ibama) que atuam com manejo de recursos florestais, aparece como um entrave enfrentado pelos produtores para progredirem na implantação de SAFs.

A falta de conhecimento sobre o comportamento e ténicas de manejo de grande parte das espécies florestais e frutíferas nativas da região também tem dificultado em muito o avanço e divulgação dos trabalhos com os SAFs. Verifica-se que a falta de pesquisas dirigidas e de difusão dos conhecimentos a respeito da maioria destas espécies (em especial as que se reproduzem através de sementes) começa a ser um fator limitante de sérias consequências.

As demandas se situam na forma de reprodução, espaçamento que deve ser utilizado, adubação, tipos de solos, o tempo necessário para essas culturas começarem a produzir economicamente, o número de plantas que se deve trabalhar em cada módulo, entre outros fatores.

É fundamental que esses aspectos sejam pesquisados e validados o mais rápido possível, para que se possam corrigir os problemas existentes hoje na montagem dos SAFs. Com isso será possível se definir regras claras para se estabelecer os parâmetros produtivos destas essências florestais e frutíferas nativas da região assim como a definição do desenho dos módulos, as normas de financiamento para esses sistemas e melhor utilização da mão-de-obra da família na organização do lote.

Em relação às espécies que se reproduzem através de sementes, as dificuldades têm se concentrado na obtenção de sementes de qualidade para a multiplicação, o que resulta muitas vezes na inviabilidade de alguns projetos. Determinados desenhos incorretos de SAFs, são conseqüência da ausência de sementes de qualidade e de quantidade suficiente de mudas das espécies procuradas. Isso desestimula os produtores e muitos acabam retornando aos sistemas tradicionais de cultivos.

Outros problemas que têm sido encontrados com bastante freqüência nos SAFs, são as doenças e pragas que ainda não possuem formas de controle definidas. O ataque de animais silvestres que são atraídos pela diversidade de

Acervo ISA

alimentos e locais para reprodução e esconderijo, também não tem recebido orientação técnica adequada.

Uma questão que tem desafiado os produtores que trabalham nesses sistemas é a integração do componente animal e como se deve trabalhar alternativas de inclusão nos SAFs dos animais silvestres e pequenos animais (suínos, aves, peixes, outros), que é um passo importante para se avançar na construção de alternativas para geração de renda e melhoria da qualidade de vida desses produtores, incluindo a melhoria da alimentação das famílias.

Outro desafio a ser enfrentado, que atinge tanto os sistemas agroflorestais como os sistemas tradicionais de cultivo na região, são as queimadas. Muitas vezes por falta de experiência ou por imprudência dos produtores e mesmo por questões naturais como estiagens muito prolongadas, essas queimadas acabam ficando sem controle e se tornam incêndios. Na maioria das vezes as conseqüências são desastrosas sobre as atividades produtivas e os ecossistemas da região. O controle comunitário das queimadas promovido pelo projeto Proteger do GTA e pelo Ibama tem sido bem sucedido, mas faltam pesquisas que apontem soluções técnicas de ampla utilização.

Nos últimos anos os produtores que estão trabalhando com os sistemas agroflorestais têm enfrentado ainda uma série de problemas climáticos, principalmente reflexo do fenômeno el niño, que produziu grandes prejuízos, além de inviabilizar algumas experiências de SAFs que vinham sendo desenvolvidas.

Tem sido detectado também um certo isolamento das experiências que estão dando certo, talvez pelas distâncias geográficas, poucas vias de acesso e meios de transporte, mas também pela falta de uma política de intercâmbio direcionada. Isso é refletido no baixo índice de conhecimentos entre os subprojetos apoiados pelo PDA, assim como nas poucas relações com outros programas presentes na região Amazônica. O intercâmbio, com certeza, estimularia os produtores envolvidos nas atividades, além de possibilitar o debate e correção das deficiências existentes.

Beneficiamento e comercialização dos produtos originados nos SAFs

- Falta capacidade organizacional/gerencial para a comercialização;
- Falta de planejamento em: pesquisa de mercado e demanda de projetos;
- falta informações sobre registro e certificação dos produtos a serem comercializados;
- precariedade das vias de acesso;
- falta de energia elétrica permanente;
- estocagem de polpas em "freezer" por falta de câmara fria;
- restrição do mercado por falta de registros e certificação;
- a inconstância de produtos para fornecimento ao consumidor o ano inteiro;
- falta de código de barra;

- falta de capital para equipamentos de frio;
- dificuldade de encontrar e ter acesso ao mercado consumidor;
- gerenciamento e organização da produção e venda;
- Ffalta de estrutura apropriada a comercialização;
- comercialização: faltam capital de giro, capacitação dos produtores e informação para registro;
- falta de estratégia de *marketing* para conquistar novos mercados;
- falta de conhecimento tecnológico para produzir competitividade;
- falta transporte adequado para escoar a produção;
- faltam informações sobre o processo de certificação e registro;
- falta de conhecimento sobre o beneficiamento do subproduto das frutas;
- falta de câmara fria e embaladeira de precisão;
- alto custo das instalações necessárias;
- falta de capital de giro;
- as leis de vigilância sanitária são caducas;
- falta de pessoal especializado para a comercialização
- financiamento específico para beneficiamento e comercialização subsidiados.

O beneficiamento e a comercialização têm se transformado nos últimos anos no principal problema enfrentado pelos produtores familiares na região Amazônica, porque após as conquistas nas áreas de financiamento, apoio à produção e introdução de novas culturas, os produtores passaram a se deparar com a situação de que para se obter renda monetária é necessário se vender a produção.

Quando esses produtores tentaram chegar ao mercado com grande quantidade de produtos sem nenhum um tipo de processamento, encontraram as seguintes situações: o mercado praticamente não aceita mais produtos "in natura" em grande quantidade e sem registro legal; os atravessadores que aceitam comercializar esses produtos, pagam preços bem inferiores ao valor dos produtos e aos custos de produção.

Para reverter essa situação e poderem efetivamente ocupar espaço junto aos mercados consumidores, os produtores familiares têm enfrentado o desafio de iniciarem experiências para beneficiarem seus produtos em quantidade suficiente, com a qualidade necessária e os preços compatíveis que são exigidos pelos consumidores. Para isso os produtores têm identificado diversas etapas a serem percorridas e que envolvem uma série de parceiros para poderem ser efetivadas.

A inexistência de energia permanente no meio rural de parte dos municípios do Estado, aliado ao alto custo do fornecimento nos demais, tem um papel relevante na impossibilidade dos produtores familiares apresentarem condições efetivas de processar e conservar seus produtos, em especial as

Acervo ISA

polpas de frutas, carne resfriada e derivados de leite, que são os itens mais apoiados por projetos institucionais ou financiados por programas de crédito.

Junto com os problemas no fornecimento de energia elétrica, enfrenta-se a má qualidade ou inexistência de equipamentos utilizados no processo de embalagem, resfriamento e conservação dos produtos. Onde, por exemplo, em grande parte das localidades a conservação dos produtos é realizada através de freezers ao invés de câmaras frias, causando uma queda significativa na qualidade e tempo de conservação.

Para o escoamento dos produtos, mesmo quando existem boas condições econômicas para comercialização "in natura", os produtores da região enfrentam um problema muito grave que é a precariedade das vias de acesso e dos meios de transporte, o que acaba por inviabilizar a comercialização de boa parte dos produtos e o encarecimento do custo nos demais. Essa situação tem gerado uma crise social muito grande na região, na qual os produtores conseguem os recursos para produção, mas quando chega o momento da comercialização, por falta de políticas públicas de infra-estrutura (energia elétrica e vias de acesso), acaba se perdendo a maior parte da produção.

Por outro lado, os produtores enfrentam ainda o alto custo da construção de instalações para beneficiamento; a existência de poucos equipamentos (processamento, embalagem e conservação) adequados à produção familiar e a inadequação das legislações vigentes para o setor, aliados à descapitalização dos produtores e de suas organizações, acabam impossibilitando a agregação de valor aos produtos.

As organizações de produtores enfrentam ainda o problema de não possuírem produção própria para suprir a demanda de seus produtos durante o ano inteiro, que juntamente com a falta de capital de giro para poder comprar a produção dos associados, de outros produtores, acabam perdendo espaço e competitividade no mercado.

Finalmente os produtores e organizações enfrentam a falta de conhecimentos em áreas como planejamento, gerenciamento, *marketing*, pesquisas de mercado, certificação, utilização de código de barra, entre ouras questões ligadas a área de formação e informação, que impedem muitas vezes a escolha correta do produto para se investir. A melhor forma de processamento (ex.: polpa, doce, geleia, etc.) e conseqüentemente a aplicação, muitas vezes, de forma equivocada dos recursos, acaba em prejuízos e perda de credibilidade.

Assistência técnica e extensão rural

- Falta de coerência na assistência técnica (não se cruzam eixos produtivo e comercial);
- aspectos socioeconômicas das comunidades (extrativistas, ribeirinhos, agricultoras) pouco levadas em conta pela assistência técnica;
- deficiência de materiais didáticos que apresentem resultados concretos;
- excesso de atividades para uma ou duas pessoas que interferem no anamento dos trabalhos de assistência técnica;

- necessidade de capacitação técnica, gerencial e administrativa dos integrantes das associações;
- falta equilíbrio entre as consultas pontuais e acompanhamento permanente;
- falta infra-estrutura de transporte para viagens de assessoria;
- falta metodologia de acompanhamento e monitoramento dos SAFs por parte da assistência técnica e dos produtores;
- fraco preparo dos monitores deixou-os desacreditados frente aos agricultores;
- não incorporação de técnicas adaptadas à realidade da região;
- poucos técnicos que aderem às novas práticas de cultivo;
- Falta de capacitação dos técnicos para resolver problemas dos sistemas agroflorestais;
- pouco contato direto dos técnicos com associação após o início do projeto;
- baixo número de cursos de capacitação sobre a implantação de SAFs;

Junto com os encargos financeiros elevados e a escassez de recursos destinados aos produtores familiares, os serviços de assistência técnica e extensão rural têm se constituído em um dos principais problemas enfrentados pelos agricultores, em especial os de base familiar.

Os problemas na prestação dos serviços de assistência técnica e extensão rural não só na região, mas no Brasil, têm na sua concepção um dos principais entraves para que se possa avançar na sua melhoria. Isso porque, no Brasil, sempre prevaleceu a idéia de que a agricultura brasileira era desenvolvida com métodos ultrapassados de produção e que cabia aos técnicos tirar os produtores do atraso e torná-los competitivos para o mercado.

Para atingir esses objetivos, os técnicos trabalhavam como repassadores de pacotes tecnológicos, desenvolvidos principalmente nos Estados Unidos, para os produtores. Funcionavam como os emissores (detentores do modelo correto de produção), enquanto os produtores eram considerados os receptores que deveriam absorver o conhecimento irradiado pelos técnicos e a partir daí passarem a produzir corretamente.

Esse modelo, em termos de produção familiar, especialmente na Amazônia, causou um conflito muito grande entre as novas tecnologias que estavam sendo introduzidas e as técnicas de produção que eram desenvolvidas tradicionalmente por esses produtores. Principalmente porque muitas dessas novas tecnologias eram aplicadas indistintamente, sem considerar os diferentes ecossistemas produtivos do país, levando a grandes desastres ecológicos, de modo especial na região amazônica.

Essa situação começou a se agravar a partir do início da década de noventa, com a extinção do Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (Sibrater) e com a redução dos recursos destinados às empresas estaduais de prestação de assistência técnica e extensão rural. O resultado foi um processo de desestruturação em que os projetos de financiamento são elaborados dentro de determinadas normas

Acervo CAISA

técnicas e, posteriormente, por falta de recursos, não recebem o acompanhamento necessário. Por causa disso, vários projetos são inviabilizados.

Os serviços de assistência técnica e extensão rural, importantes para o desenvolvimento da agricultura no país, hoje passam por uma uma grave crise em relação ao seu corpo de servidores, cada vez mais reduzido, com salários desestimulantes, afetando diretamente nas condições de trabalho dos técnicos e na qualidade dos serviços prestados.

Isso pode ser verificado com clareza no acompanhamento dos financiamentos de beneficiários dos programas especiais de crédito (Pronaf, Procera, Prorural e Prodex), nos quais os técnicos só atuam basicamente na elaboração dos projetos e, posteriormente, quando realizam qualquer outro tipo de visita, é apenas para emitir laudos para liberação de parcelas. A grande quantidade de financiados para serem acompanhados e a falta de infra-estrutura (meios de transporte, equipamentos etc.) necessários para se desenvolver os serviços inviabilizam o acompanhamento.

É notória a falta de metodologias adequadas para trabalhar com os produtores familiares, assim como o despreparo dos técnicos para lidar com situações práticas que não foram ensinadas durante seu processo de formação ou que não constam do manual de normas. É o caso dos projetos de sistemas agroflorestais e pescadores artesanais.

A falta de materiais didáticos e de cursos de capacitação que trabalhem os temas a serem abordados pela assistência técnica e extensão junto aos produtores, principalmente em temas novos como sistemas agroflorestais, associativismo e cooperativismo, gerenciamento e administração, também tem se mostrado como um problema muito importante a ser resolvido. Na maioria das vezes, esses materiais e cursos não existem ou sua linguagem não é acessível aos produtores, os quais, na maioria dos casos, possuem um nível de escolaridade mínimo.

Na tentativa de reduzir os prejuízos causados pela falta de assistência técnica e extensão rural, o desconhecimento por parte dos técnicos de como lidar com determinadas situações e potencializar as atividades desenvolvidas conjuntamente por técnicos e comunidades, foram criados os monitores agrícolas incumbidos de promover o intercâmbio entre o técnico e a comunidade. Ocorre que, em muitos casos, esses monitores não receberam uma preparação adequada, o que levou a falhas no processo, resultando no descrédito nessa solução. Dessa forma é necessário se repensar a formação e atuação desses monitores, para que se possa efetivamente atingir os objetivos propostos por essa iniciativa.

Lições

A principal missão do PDA é "estimular projetos sustentáveis de gerenciamento e conservação dos recursos naturais por comunidades; extrair e disseminar as lições de modo que os acertos possam contribuir para as políticas públicas nas diversas esferas de governo." (PDA/MMA: 1998).

O sentido de lição, trabalhado pelo PDA e estimulado na execução dos subprojetos, dá-se na acepção mais ampla da palavra: ensinamento, conselho e exemplo que servem de orientação à conduta, ao procedimento. Experiência que serve de exemplo ou de aviso... (Ferreira, A . B. H.). Em muitos casos, as lições que são novidades para as comunidades de uma região, podem ser uma prática comum entre outras. Os intercâmbios promovidos entre os subprojetos apoiados pelo PDA funcionam, então, como instrumentos de difusão e de geração de novos conhecimentos.

A geração de lições é compreendida como um processo dinâmico, situado historicamente e construído numa parceria que envolve os doadores, os gestores dos fundos de doação, o governo brasileiro, o agente financeiro (Banco do Brasil) e as organizações e comunidades locais que executam os subprojetos.

O uso planejado dos recursos com uma mentalidade de conservação e preservação não é uma novidade introduzida apenas pelo estímulo do apoio do PDA, pois, faz parte das estratégias de muitas comunidades tradicionais na sua relação com a natureza. Desta forma, tanto idéias inovadoras de uso dos recursos como a validação do conhecimento existente são considerados importantes para construir um novo referencial de desenvolvimento, no qual se combinem a satisfação das necessidades humanas com a manutenção das condições de reprodução dos demais recursos da natureza.

Considera-se também, no PDA, que a natureza e as dinâmicas sociais têm seus próprios tempos, embora sejam suscetíveis a intervenções planejadas, como os projetos com os quais se estabelecem objetivos de curto e longo prazos, com algum nível de controle dos seus resultados.

Por esse motivo, não se espera que em três anos - tempo de duração do apoio do PDA - os subprojetos apresentem lições definitivas. No entanto, no processo de amadurecimento das experiências, pode-se refletir sobre o aprendizado construído nesse período, assim como reunir mecanismos de fortalecimento dos projetos naquilo que demonstram ser eficientes e promissores. Ao mesmo tempo, essa reflexão permite a socialização do conhecimento e possibilita a disseminação e apropriação desse conhecimento junto a outras comunidades, instituições e na própria sociedade.

As questões identificadas nas Oficinas de Intercâmbio de Experiências, apoiadas pelo PDA, têm esse caráter e esses objetivos.

Acervo ISA

Aspectos técnicos

A introdução de novas metodologias de trabalho - potencializando o conhecimento local e valorizando a floresta - é considerada por muitos executores de subprojetos, uma lição importante. Afirmam que com essa metodologia, estão fazendo e aprendendo.

Na implantação dos sistemas agroflorestais, aprenderam que é preciso ter um desenho identificando a posição e a função de cada espécie plantada. Têm aprendido também que para manter sistemas de reflorestamento é preciso muita mão-de-obra, por isso, estão valorizando mais a floresta em pé. Nos sistemas agroflorestais, eles começam a valorizar o conhecimento sobre espécies domadoras, companheiras e adubadeiras.

Uma lição importante que dizem ter aprendido é que não basta só formar os consórcios mas é preciso preocupação com a industrialização e comercialização. Ou seja, se antes se preocupavam apenas em aumentar ou diversificar a produção, agora precisam pensar toda a cadeia produtiva. Aprenderam a valorizar mais a assistência técnica e também a união do grupo na comercialização de produtos.

A importância das culturas permanentes está se tornando um aprendizado para os pequenos produtores. Mas eles salientam que não devem "pensar só e produção comercial mas também na produção familiar", ou seja, na produçã de alimentos. Deve-se buscar o equilíbrio entre os objetivos de preservação e a geração de renda aos agricultores.

O plantio mais diversificado favorece o melhor aproveitamento da mão-de-obra familiar, reduz o risco e pode dar maior rendimento financeiro, observam os executores de subprojetos.

Porém, enfatizam que os SAFs devem combinar o uso de diversos recursos, incluindo produtos perecíveis e não-perecíveis, além de produtos para o mercado e consumo. Consideram aprendizado relevante a função das leguminosas favorecendo a proteção do solo e ajudando na oferta de nutrientes.

Afirmam enfaticamente que o planejamento da produção de mudas deve ser de acordo com o calendário agrícola, mesmo que a maioria dos financiamentos não cumpra essa regra.

Na busca de maior rapidez no desenvolvimento dos SAFs, eles acreditam que o desenho dos plantios deve incorporar plantas que já estão no terreno e os processos naturais de regeneração. Para acertar no manejo dessas espécies, é indispensável o acompanhamento de técnicos que tenham conhecimentos em agroecologia.

Os métodos práticos de controle de queimadas, a partir das experiências dos produtores, têm sido um aprendizado muito valorizado. O projeto Proteger - desenvolvido pelo Grupo de Trabalho da Amazônia (GTA), Fetagris e Ibama - capacitou, em 1998, cerca de 12 mil lideranças comunitárias na Amazônia para manter suas propriedades livres do fogo acidental e controlar as queimadas com a participação das comunidades. Os SAFs devem incorporar métodos práticos de controle de queimadas, embasados na experiência dos produtores.

Organização comunitária para o manejo

Consideram lição estratégica fundamental a organização participativa dos grupos envolvidos, pois entendem que as experiências só darão certo se precedidas de discussão e trabalho conjunto. Da mesma forma, acham que o sucesso dos empreendimentos depende muito dos métodos de escolha dos líderes e da coordenação. Assim, a capacidade administrativa apresenta-se como critério importante para a realização de atividades de coordenação, exigindo uma nova abordagem da assistência técnica e extensão rural.

Trabalhar em grupo também é uma grande lição. Produzir de forma desorganizada não gera renda, avaliam os representantes de subprojetos. Uma das lições que vêm sendo valorizadas é saber como administrar recursos, seja os naturais ou os fundos dos subprojetos.

Constatam a importância de ter um mínimo de organização no local de trabalho. Os produtores que visitaram o Projeto Reca, ficaram bem impressionados com a confiabilidade dos associados na execução dos subprojetos.

Fortalecer a organização em todas as etapas do processo produtivo é um aprendizado que vem sendo reafirmado pelos agricultores, que nesse sentido, vêm encontrando formas de aperfeiçoar o trabalho comunitário e habilitar as cooperativas e associações para os novos desafios. A busca de alternativas para agregação de valor aos produtos e o fortalecimento da organização a partir da inserção do associado no mercado.

O sucesso dos subprojetos também depende da solidariedade, respeito mútuo e da democracia interna nas organizações. E o sucesso está ligado fortemente à concepção de que a coordenação e administração dos subprojetos sejam assumidas pelos próprios agricultores. "Aprendemos a gerenciar os subprojetos conforme a previsão", afirmam.

Os aspectos sociais, culturais e organizativos são essenciais, assim como as diferentes formas de conhecimento (tradicional, regional, técnico...) devem ser valorizadas na elaboração, avaliação e monitoria dos subprojetos.

Assistência técnica

Soluções técnicas não bastam. O acompanhamento sistemático do técnico ao subprojeto é fundamental, ou seja, ele deve acompanhar o desenvolvimento das espécies de plantas. Tal acompanhamento deve ser feito de forma planejada para que os técnicos agroflorestais e administrativos possam ser cobrados sobre o trabalho proposto durante a execução dos subprojetos.

A importância da capacitação dos executores de projetos é ressaltada como uma lição comum a praticamente todos as experiências. Consideram um bom aprendizado o fato de levarem em consideração a participação da família - particularmente das mulheres - nos processos de capacitação.

A assistência técnica torna-se mais eficiente se tratada no contexto de parcerias com outras organizações e órgãos públicos. Desta forma, as melhorias nos

procedimentos técnicos serão acompanhadas de outras condições para a sustentabilidade dos subprojetos, como infra-estrutura e estradas, por exemplo.

A experiência vem demonstrando que os produtores conhecem sua realidade melhor que os extensionistas e que podem auxiliar nas pesquisas e atividades técnicas. "Na agricultura, a pesquisa, a extensão e a prática do produtor têm o mesmo valor". Alguns acrescentam que além dessas qualidades a serem exploradas, os produtores devem ser apoiados para desenvolver habilidades de empreendedores. "O bom agricultor é criativo e busca suas próprias soluções".

A presença da assistência técnica e a disponibilidade de recursos são fundamentais para o sucesso dos subprojetos, assim como a valorização das diferentes formas de conhecimento na elaboração, execução e avaliação dos mesmos.

A junção do conhecimento técnico com o da comunidade, a valorização das características locais e regionais, os anseios das comunidades envolvidas devem nortear os planos de acompanhamento do desempenho dos subprojetos.

O intercâmbio de técnicos e agricultores tem promovido o conhecimento, ainda que esta metodologia não seja praticada amplamente. As expectativas e os avanços devem ser melhor difundidos junto às comunidades. Para isso, os agricultores observam que precisam diversificar e ampliar a disseminação de conhecimentos técnicos – ter meios de comunicação voltados para este fim.

Também foi enfatizada a necessidade de trabalhar metodologia de relacionamentos técnicos – organizações; a disseminação de técnicas com trocas de experiências orientadas entre os próprios agricultores (cursos e dias de campo, entre outros métodos) e promover a participação das famílias nos eventos de extensão rural.

A necessidade de acompanhamento e assistência técnica é sentida desde a identificação e elaboração até a execução e comercialização dos subprojetos. Também é importante para eles que sejam criadas estratégias de acompanhamento das organizações na identificação e elaboração dos subprojetos – mais busca de financiamento. Sem apoio técnico e financeiro externo não se constroem alternativas.

Quanto à monitoria dos subprojetos, afirmam que a sistematização e o registro de informações devem ser um compromisso também dos executores locais, pois esta é uma forma de acumularem conhecimentos sobre suas práticas.

Diante da constatação da existência de um significativo despreparo técnico tanto em relação aos técnicos (formados para uma agricultura convencional) quanto aos agricultores para o desenvolvimento sustentável, acreditam os participantes das oficinas que com um amplo programa de capacitação desses agentes será possível um melhor aproveitamento dos esforços e investimentos destinados aos novos sistemas de produção.

Intercâmbio enriquecendo conhecimentos

"A troca de experiências nos fortalece", depõem vários representantes de subprojetos. A necessidade de troca de experiências deve-se ao fato de os sistemas agroflorestais, na forma como são difundidos, representarem uma novidade para a maioria dos pequenos agricultores.

Na verdade, os pomares e a agricultura de quintal são práticas tradicionais dos pequenos agricultores em todo o país, mantidas em maior ou menor escala. No entanto, entender que os cultivos podem seguir a mesma complexidade e diversidade e ainda gerar os resultados econômicos para a manutenção da família, altera a lógica que o desenvolvimento agrícola convencional estabeleceu com a chamada "modernização da agricultura". Por isso esses agricultores têm necessidade de conhecer novas experiências e saber onde estão dando certo.

O intercâmbio entre as instituições para conhecer os subprojetos em desenvolvimento, também tem sido ressaltado como lição impulsionadora para visibilizar os resultados e estabelecer novas parcerias.

Ainda sobre os mecanismos de intercâmbio, os subprojetos precisam de redes regionais de troca de experiências para consolidar os seus resultados. Foram aprendidas lições sobre os eixos dos subprojetos - competitivos uns aos outros – constatando-se que vários projetos têm o mesmo eixo, o que significa que valeu a pena insistir, mesmo que alguns agricultores inicialmente não acreditassem.

A realização de oficinas de intercâmbio para refletir sobre o andamento do subprojeto no âmbito das comunidades. Isto porque, cada subprojeto tem sua dinâmica própria, que tem que ser levada em consideração em suas especificidades. Os executores de subprojetos acreditam que devem intercambiar as experiências entre projetos similares, assim como continuar estimulando as visitas entre os executores de subprojetos do mesmo tipo.

A incorporação de conhecimento de experiências já desenvolvidas deve servir de referencial para embasar a elaboração de subprojetos.

A troca de experiências entre indígenas e não-indígenas também tem sido um aprendizado que ajuda a lidar com a diversidade social e a interpretação dos fenômenos ambientais.

A troca de informações pode trazer novas soluções, assim como a articulação de lideranças nas comunidades e o intercâmbio entre as comunidades para construir o desenvolvimento sustentável.

Aspectos ambientais

A valorização do meio ambiente tem sido um aprendizado constante e progressivo. Os executores de subprojetos notam que estão ocorrendo mudanças de hábitos a partir de experiências concretas na relação com os recursos naturais.

Estão atentando para o fato de que cada micro-região tem um potencial a ser trabalhado. E que a lógica não deve se resumir só à produção, mas também ao aproveitamento do que a natureza oferece.

Com o apoio do PDA, os agricultores passam a assumir um papel de verdadeiros agroextrativistas. Afirmam que os subprojetos ajudam na valorização do meio ambiente. Com isso, cresce a confiança de que pode haver sustentabilidade econômica, aproveitando-se os recursos naturais. De que é possível produzir sem destruir. Esta é uma lição unânime entre os executores de subprojetos que participaram das oficinas.

Aspectos de processamento e comercialização

A viabilidade econômica e a comercialização devem ser pensadas desde o desenho do projeto. Deve-se buscar conhecer o mercado, antes de produzir, sendo fundamental a pesquisa de mercado antes ou durante a elaboração do subprojeto. Desta forma, pode-se orientar o que será produzido.

Os investimentos são imporantes nas fases de comercialização, capacitação e adequação das estruturas dos subprojetos para que possam alcançar seus objetivos de venda. Os agricultores também têm aprendido que o mercado exige padrões de qualidade e que, assim, os produtos precisam estar "prontos" na hora de entrar no mercado.

O mercado solidário estimulado pelas Ongs é um bom caminho para exercitar as relações mercadológicas. A articulação com outras associações e cooperativas também aparece como um aprendizado, exercitando vendas em escalas maiores.

Questões pontuais como a fabricação de farinha da banana, rendimento do aproveitamento dos frutos nativos, reativação do extrativismo e processamento de frutas naturais aparecem como um aprendizado prático de bons resultados para o futuro das famílias envolvidas nos subprojetos.

Uma das lições mais marcantes extraídas nessas experiências diz respeito à necessidade de organizar melhor a produção e comercialização, bem como de avaliar, tecnicamente, a capacidade das estruturas de beneficiamento, que devem ser compatíveis com a produção pretendida. Os executores sabem que as coisas devem ser feitas em seqüência: organizando, produzindo, industrializando, comercializando e avaliando os resultados com vistas a novas adeqüações. Um aprendizado constante.

As informações sobre a produção e a comercialização devem ser mais socializadas entre os subprojetos, inclusive agregando outras experiências externas ao PDA.

A fase de transformação dos produtos é muito complexa na trajetória dos produtores familiares da Amazônia, por isso deve ser acompanhada de um processo de capacitação intenso e abrangente dos produtores, aprimorando seus mecanismos de associativismo, gerenciamento da produção e dos negócios, conjugação das medidas de conservação ambiental, entre outras demandas.

A capacitação deve ocorrer, especialmente, na implantação das unidades de beneficiamento para evitar prejuízos. Para a produção de alimentos, os subprojetos devem contar com apoio de técnico especializado.

Os representantes de subprojetos que estão industrializando, pensam que só podem "garantir a melhoria de renda dos associados se conseguirem qualidade dos produtos". A idéia de qualidade como critério de competitividade ganha força entre esses segmentos produtivos.

Quanto aos sistemas de gestão dos negócios, assinalaram que a rapidez nas decisões pode trazer muitos benefícios sem, porém, afetar a democracia.

A viabilidade econômica e a comercialização devem ser pensadas já no desenho do subprojeto, mesmo que este venha a sofrer modificações, posteriormente. Envolvendo comercialização de produtos, as pesquisas de mercado se tornam indispensáveis. Nesse caso, se as organizações não estão estruturadas para desenvolver essas pesquisas, as parcerias são fundamentais e devem ser buscadas junto a organizações parceiras e instituições públicas (secretarias de Agricultura, universidades, Sebrae, entre outras).

A informação e a troca de experiências são essenciais nos processos de beneficiamento e comercialização. Para os agricultores está sendo muito importante aprender a partir dos erros e acertos das experiências anteriores como também conhecer os subprojetos em andamento porque ajudam a planejar com maior segurança os passos e as intenções futuros.

Suporte de políticas públicas aos projetos

A sustentabilidade dos subprojetos depende, a longo prazo, da articulação com o poder público, principalmente para a liberação de financiamentos, infra-estrutura, entre outras medidas.

Os projetos de SAFs e agroextrativistas devem nortear a agricultura na região onde estão implantados. Para isso, é necessário que façam parte da política agrícola dos Estados, com recursos destinados nos orçamentos anuais e assistência técnica garantida.

As secretarias de Agricultura e de Meio Ambiente dos Estados devem dispor de um serviço de orientação aos produtores familiares rurais visando a superação da burocracia do beneficiamento, registro e comercialização. É uma forma de promover os negócios desse segmento e contribuir para o aumento da arrecadação dos Estados.

A falta de políticas públicas setoriais, segundo os representantes de subprojetos, levou a sociedade a buscar seus próprios caminhos. Havendo políticas que beneficiem a agricultura familiar, esta pode se desenvolver e preservar.

São valorizadas as parcerias com entidades locais (Emater, Embrapa, prefeituras). Juína (MT) é um bom exemplo de incorporação da proposta da Associação de Ajuda Mútua (Ajopam) pela política agrícola desenvolvida pela Prefeitura. No estado do Acre, as iniciativas apoiadas pontualmente pelo PDA e outros programas governamentais, passam a receber apoio do governo do Estado, fortalecendo e aumentando as chances de viabilidade desses projetos.

Produtores e pesquisadores redirecionam pesquisa para valorizar SAFs

Niguém tem dúvidas de que a pesquisa é fundamental para viabilizar tecnicamente os SAFs. Na visão dos representantes de subprojetos apoiados pelo PDA, os produtores têm um papel determinante no redirecionamento das linhas de pesquisa junto à Embrapa, às universidades e aos órgãos dessa competência. Isto porque eles têm aprendido que aumentam suas chances de sensibilizar esses órgãos conforme aumentam sua influência como agentes de mercado. Há um consenso, também, de que o redirecionamento das pesquisas deve ser acompanhado de um processo de capacitação da extensão rural em manejo de SAFs, atualizando os técnicos que trabalham com os produtores.

As pesquisas e as tecnologias adaptadas devem se fundamentar no saber popular/regional para a construção do desenvolvimento sustentável.

A experiência tem mostrado, ainda, que falta mais conhecimento sobre o comportamento de várias espécies utilizadas nos SAFs. Mesmo, assim, consideram que têm aprendido a fazer alguns consórcios combinando plantios perenes com culturas de curto prazo . "Não pensar apenas no econômico, mas também na barriga, na alimentação", enfatizam os executores.

Uma lição interessante na busca da redução da pressão sobre a floresta é a de que é possível sustentar os sistemas agroflorestais sem queimar a área. Assim como a necessidade de manejo de solos para reposição de perdas e manter a sustentabilidade. A utilização de biofertilizantes e a minhocultura para enriquecimento dos solos também são citados como aprendizado.

Estabelecer espaços de confrontação entre extensionistas, pesquisadores e técnicos das associações para nivelar conhecimentos, conceitos e metodologias de trabalho junto aos produtores. Assim como aumentar coerência do acompanhamento técnico de ramos de atividades diferentes.

Por fim, é muito valorizada a abordagem multidisciplinar na avaliação dos resultados dos subprojetos, integrando vários campos de conhecimento, junto à experiência dos agricultores. O fortalecimento dos aspectos técnicos é muito importante para viabilizar uma agricultura ecológica.

Propostas

Política de fomento para o desenvolvimento

- Liberação de financiamento para as culturas de subsistência via Pronaf ou outros programas;
- financiamento para capital-de-giro para custear a produção e a coleta de produtos agroflorestais às associações, caixas agrícolas e outras organizações associativas;
- aceitar matrizes de financiamento (linhas de crédito) a partir das propostas exitosas do PDA;
- que os agentes financeiros adotem juros reduzidos e subsídios para os projetos de SAFs;
- utilizar a fórmula de "equivalência produto" nos financiamentos para a produção familiar;
- que os órgãos financiadores aprovem projetos de urgência em casos específicos;
- financiamento para unidades de beneficiamento às cooperativas nas quais os produtos encontram-se em estágio de transformação;
- menos burocracia por parte dos bancos nos casos do FNE e FCO;
- Ffnanciamento a custos compatíveis com a atividade financiada;
- Igualar encargos financeiros do FNO-Especial aos do Procera (subsídio);
- que se estabeleça uma política de juros facilitadora do acesso do pequeno produtor às linhas de crédito;
- que o Banco da Amazônia (Basa) constitua grupos técnicos(PDA,Embrapa,Emater, entre outros) para referendar alternativas tecnológicas que estão sendo gestadas nos subprojetos bem sucedidos;
- maior autonomia na realização dos subprojetos financiados e mais acompanhamento técnico (monitoramento) pelo agente financeiro, no caso o Basa;
- que os créditos sejam liberados obedecendo ao calendário agrícola;
- que as linhas de crédito levem em conta a cultura, regionalidade, conhecimento empírico e pesquisa de mercado, antes da liberação dos projetos;
- ampliar as linhas de crédito para os pequenos produtores rurais, nas regiões Nordeste e Centro-Oeste;
- menor burocracia aos financiamentos da produção familiar;
- que outras linhas de crédito facilitem o financiamento para os SAFs (FCO, FNE e Pronafe);

- financiamento subsidiado para os SAFs, sem juros, com rebate de 50% no capital; sem cobrança de Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP);
- liberação do "Pronafinho" aos agricultores familiares em tempo hábil, de acordo com a demanda;
- menores taxas de juros e criação de um fundo de aval para o Prorural e Prodex, igualando esses programas ao extinto Procera;
- renegociação das dívidas com o Prorural e Prodex com rebate de 50% nos subprojetos de pequenos agricultores;
- criação de linhas de crédito para subprojetos agroecológicos pelas agências de financiamento;
- os órgãos financiadores devem priorizar projetos comunitários integrantes de um plano de desenvolvimento local;
- financiamento de tratos culturais do Projeto Frutos do Cerrado.

Para solucionar os problemas referentes aos financiamentos voltados para a produção familiar, uma questão aparece como fundamental na avaliação das lideranças das organizações: o montante de recursos destinados anualmente para esse setor, tanto nos programas de apoio quanto nas linhas de financiamento. Considera-se que os recursos atuais são insuficientes, pouco integrados e aplicados sem eficiência, não atendendo as demandas nem os objetivos de gerar desenvolvimento e renda aos produtores familiares.

Mediante tal constatação, os agricultores propõem um trabalho entre os órgãos governamentais e agentes financiadores para que reduzam o processo burocrático de acesso aos financiamentos. Embora o Prorural e o Prodex requeiram uma documentação simples, algumas exigências ainda dificultam e restringem o acesso das organizações ao crédito. O tempo de análise dos projetos, contratação e liberação dos recursos, segundo depoimentos, em muitos casos, inviabilizam os financiamentos devido a demora na liberação dos recursos.

Para isso, merece apoio do PDA e do Ministério do Meio Ambiente a proposta de implementação de comissões técnicas, compostas pelas entidades representativas dos produtores familiares, agentes financeiros, órgãos prestadores dos serviços de assistência técnica e extensão rural, órgãos de pesquisa e representantes do poder público para se elaborar novas regras de financiamento.

Essas comissões deverão prosseguir na adaptação das regras a partir de experiências que já vêm sendo testadas em diversas localidades e que estão obtendo sucesso, tendo como princípios o respeito à cultura e às especificidades de cada localidade. Deve-se buscar a diversificação das linhas de financiamento para atender aos diversos grupos sociais (agricultores familiares, pescadores artesanais, extrativistas, índios), de forma a ampliar o acesso dos mesmos aos incentivos.

Além disso, o papel dessas comissões técnicas seria estudar e propor a inclusão de projetos de maior porte como a implantação de consórcios agrícolas combinados com a criação de pequenos animais; formas adequadas e mais simples de elaboração dos projetos; um tempo mais curto no trâmite de apre-

sentação, análise e contratação das propostas de financiamento por parte dos agentes financeiros.

Com relação aos projetos de maior porte como sistemas agroflorestais e criação de pequenos animais (piscicultura, por exemplo), as linhas de crédito deverão trabalhar com regras diferenciadas no que tange a limite de recursos, prazos de carência e pagamento, formas de manejo, especialmente quanto aos encargos financeiros. Por serem atividades de alto custo de implantação e muitas delas estarem ligadas ao uso sustentável dos recursos naturais e à obtenção de retorno normalmente a longo prazo, a proposta mais freqüente dos produtores familiares é que esses projetos sejam dispensados dos encargos financeiros e recebam redução de 50% sobre o valor do capital financiado.

As demais linhas de crédito voltadas para a produção familiar nas regiões atendidas pelos fundos constitucionais (Nordeste e Centro-Oeste), deverão ter encargos financeiros diferenciados devido as condições sociais dos produtores e a deficiência na aplicação das políticas públicas. Essas dificuldades elevam em muito os custos de produção nessas regiões.

Uma proposta enfática é a de que os programas voltados para a produção familiar nas linhas de crédito FNO, FNE e FCO deverão ter seus encargos financeiros equiparados aos do extinto Procera, programa destinado aos beneficiários de reforma agrária e que possui uma redução de 50% sobre o valor do capital e dos encargos financeiros. Esta proposta já tramita no Projeto de Lei 118/99, na Câmara Federal.

Os produtores defendem mudanças das normas de crédito e a implementação de uma política de desenvolvimento rural na qual o financiamento seja apenas um componente do sistema produtivo interligado aos demais. Como resultado do modelo fragmentário de aplicação do crédito praticado até o presente, diversos produtores se encontram hoje sem condições de pagar seus financiamentos.

Contribuíram para essa situação fatores conjunturais da economia como o Plano Real, mas também as regras operacionais vigentes. Para se corrigir essa situação, as organizações vêm renegociando essas dívidas, propondo 50% de redução sobre o capital e os encargos, garantindo dessa forma que esses produtores possam honrar seus compromissos e se habilitarem a novos créditos.

Outra questão enfatizada é a garantia de que os financiamentos passem a ser liberados dentro do calendário agrícola; que se financie capital-de-giro para que os produtores e suas organizações possam ter maior flexibilidade para trabalhar com seus produtos em relação a comercialização. Gestões a esse respeito vêm sendo feitas junto ao Banco da Amazônia para as linhas do FNO. O Pronaf está financiando capital-de-giro, desde 1999, mas os encargos financeiros são mais caros que os do FNO.

Parcerias nas políticas públicas

- Trabalhar melhor o relacionamento dos técnicos do PDA com os das Emater(s), Projeto Lumiar e empresas particulares;

- realizar convênios com órgãos de assistência técnica e pesquisa (Empresas estaduais de assistência técnica e Embrapa);

- envolver órgãos de pesquisa e ensino na assistência técnica, capacitando os extensionistas em novas técnicas, especialmente de sistemas agroflorestais;

- aquisição de áreas experimentais para treinamento de técnicos e produtores e que esses módulos sirvam como unidades demonstrativas das técnicas possíveis de serem adotadas pelos produtores;

- os técnicos devem ser pagos pelo governo e escolhidos pelas organizações;

- realizar pool (mutirão) de assistência técnica com enfoque multidisciplinar e independente dos projetos individuais. Que os mesmos criem bancos de dados, com maior interação com as universidades e outras instutuições

- desenvolver uma assistência técnica voltada para a qualificação na produção familiar;

- assinatura de convênios entre os órgãos de assistência técnica e organizações para apoio aos projetos em desenvolvimento.

Eixo do desenvolvimento

- Mudança da política de desenvolvimento que hoje atende majoriamente a grande empresa, passando a incluir incentivos à agricultura familiar e às pequenas agroindústrias;

- que as políticas de investimentos dos governos estaduais promovam projetos da produção familiar rural, integrando os sistemas agroflorestais como prioridade;

- desenvolver programas estruturais em substituição a programas compensatórios para o desenvolvimento da produção familiar na Amazônia.

Energia

- Disponibilidade de energia elétrica nos locais de beneficiamento e estocagem de produtos, incluindo esses projetos nos programas de desenvolvimento dos Estados; tarifa de energia diferenciada de sorte a compatibilizá-la com a pequena agroindústria;

- criação de uma política de subsídio de energia para a fase inicial dos projetos econômicos da produção familiar;

- articulação de convênios para eletrificação rural junto ao governo federal direcionados para os subprojetos que não forem atendidos por outras fontes.

Integração institucional

- Melhorar a integração das instituições. Estabelecimento de parceria dos órgãos governamentais com entidades (associações, Ongs) nas políticas de fortalecimento da produção familiar rural; incentivo às Ongs para fazerem pesquisas de mercado e produtos;

- que o governo contrate os serviços de assistência técnica de Ongs reconhecidas, as quais podem ministrar treinamentos em técnicas agrícolas básicas (enxertia, poda, controle de pragas e doenças, manejo de solo etc.) envolvendo a pesquisa e os agricultores;

- criar um programa federal para a pequena produção na Amazônia baseado no uso dos recursos da floresta;

- intensificar políticas públicas para atender projetos pioneiros e inovadores com subsídios e a fundo perdido, incluindo recursos para esses projetos nos orçamentos estaduais;

- municipalização - e não prefeiturização - dos projetos da política nacional de meio ambiente

- que o Incra implante uma política fundiária mais ágil, com eletrificação rural acoplada aos projetos produtivos;

- vincular os setores de extensão e pesquisa às questões que merecem mais estudos e difusão junto aos produtores familiares rurais;

- que o Basa (Banco da Amazônia) apoie, com recursos do Fundo Constitucional do Norte (FNO) pesquisas sobre SAFs e extrativismo de produtos florestais não madeireiros.

Educação regular e capacitação profissional

- Melhorar a qualidade do ensino e da educação no setor rural, adequando o currículo às necessidades de novas ocupações nas áreas rurais e capacitando o corpo discente para a modernização dos conteúdos e métodos de ensino;

- incluir a educação ambiental nos currículos escolares;

- inserir conteúdos sobre sistemas de produção (enfocando os SAFs na Amazônia) nos currículos de 2° grau das Escolas Agrotécnicas e nos cursos universitários de áreas afins;

- promover a alfabetização de adultos e desenvolver programas de instrução específica de complementação escolar nas áreas rurais;

- acionar o Sebrae e o Senai para desenvolver programas de capacitação para os produtores familiares com um programa de eficientização de seus negócios;

- realizar cursos de elaboração e análise de projetos junto aos orgãos financiadores para serem ministrados nas escolas agrotécnicas e EFRs (Escolas de Famílias Rurais);

- criar escolas técnicas agroflorestais ao nível de 1º e 2º graus nas áreas dinâmicas de produção familiar rural;

- readequar os currículos dos cursos das universidades da Amazônia para atender o desenvolvimento sustentável, nos níveis de graduação e pós-graduação;

- reciclar os técnicos (nível médio e superior) para atender o modelo de desenvolvimento sustentável;

- adequar a extensão ao novo modelo da agricultura sustentável;

- criar bolsas de estudo para filhos de agricultores fazerem cursos universitários;

Planejamento regional voltado para diversificar e valorizar a produção local

- Fazer planos regionais de desenvolvimento sustentável, com base nas potencialidades locais e considerando as possiblidades de integração dos projetos dos produtores familiares já existentes;

- sensibilizar os países doadores para aumentar os recursos do PDA destinados ao financiamento de novos projetos, com base num plano de contrapartida local com investimentos previstos nos orçamentos dos estados;

- estimular a vinculação da produção com os mercados regionais já estabelecidos como merenda escolar, quartéis, hospitais, fábricas etc.

- que os governos municipal e estadual colaborem com os projetos PDA;

- fortalecer a base de comercialização de produtos no mercado interno, promovendo a infra-estrutura (telefonia, rodovias, armazéns, portos) e suporte técnico para os negócios;

- procurar, junto à iniciativa privada já estabelecida, parceiros dispostos a negociar tecnologia;

- criar serviço de orientação para certificação de produtos próximo dos centros produtores;

- disponibilizar técnicos para orientar a criação de centrais de cooperativas para solução da produção e mercado, fortalecendo o associativismo;

- estudar a possibilidade de criação de uma única marca dos produtos da agricultura e floresta da região e de criação de um selo para produtos oriundos de projetos voltados para preservação ambiental na Amazônia.

Incentivos fiscais e registro das empresas

- Diminuir a burocracia de registro das empresas das associações e cooperativas de produtores familiares (agricultores, extrativistas etc.);

- isenção do ICMS para todos os produtos florestais não madeireiros (castanha, borracha, babaçu, frutos do cerrado, entre outros);

- rever as taxas de impostos sobre produtos provenientes da produção familiar na Amazônia;
- imposto verde de verdade – 1% do imposto sobre combustíveis alocado para pesquisa e extensão agroflorestal (verificar se procede);
- modificar a legislação no que se refere à igualdade entre grande, micro e pequena empresa, para facilitar a legalização das pequenas cooperativas (verificar se não estão incluídas no Simples);
- financiamento dos Estados para os projetos ambientais;
- que os Governos Estaduais financiem projetos de proteção e desenvolvimento sustentável com recursos próprios;
- que os governos estaduais estabeleçam parcerias com sociedade civil, aproveitando as lições demonstrativas do PDA;
- intensificar o intercâmbio e interação entre os programas do PPG7;
- que seja criada uma política de subsídios para projetos ambientais pioneiros e não contemplados nas linhas de crédito comerciais.

É essencial em propostas de desenvolvimento para o meio rural a participação do poder público como agente estruturador, através de políticas públicas integradas, para fornecer as condições básicas de desenvolvimento da cadeia produtiva. Os participantes das oficinas sugerem que essas medidas se enquadrem numa visão de planejamento regional, incluindo zoneamento agrícola e uma política de incentivos fiscais que abranja os segmentos da pequena produção.

A implantação de vias de acesso, energia e educação qualificada para a região Amazônica assume uma dimensão de maior relevância, condições sem as quais muitos investimentos podem não se afirmar.

Os produtores acreditam que para reverter essa situação é necessário a efetivação de políticas de desenvolvimento regional em substituição ao que eles consideram políticas assistencialistas do governo para a produção familiar na região.

Para isso, é fundamental que haja melhor integração entre as entidades governamentais e da sociedade civil para evitar o paralelismo de ações em diversas áreas. O papel da Sudam no desenvolvimento dos segmentos da produção familiar rural precisa ser redimensionado, inclusive a política de incentivos fiscais, apoio na área de pesquisa, assistência técnica e extensão rural, estradas e energia. Os participantes das oficinas acreditam que esta é uma via de solução estrutural para a eficientização dos investimentos federais, estaduais e municipais no desenvolvimento regional, contemplando todos os segmentos produtivos.

Na área de infra-estrutura é necessário se buscar alternativas que potencializem a economia dos produtores familiares, uma vez que com as condições existentes hoje em relação as vias de acesso e fornecimento de energia elétrica na região, torna-se muito difícil se falar de um processo de desenvolvimento sustentável. Mesmo quando se consegue atingir o nível de produção esperado, os produtores não possuem formas de beneficiar e escoar a produção.

A educação é outro setor importante a ser melhorado no meio rural. Evidencia-se a necessidade de uma reformulação nos currículos das escolas, programas de erradicação do analfabetismo no campo (envolvendo todas as instituições afins).

Na questão da qualificação profissional os participantes depositam expectativas de que o Sebrae, na área de gerenciamento e o Senai, na área de agroindústrias, possam contribuir. Acreditam que esse processo deve ser acompanhado pela disseminação de escolas famílias agrícolas e casas familiares rurais, entre outras alternativas educacionais para o meio rural.

Nesse sentido, o envolvimento do Poder Público em todas as esferas, compromentendo-se com a via de desenvolvimento pretendida pelo PDA/PPG7/MMA no apoio aos projetos de desenvolvimento sustentável é fundamental para a continuidade dos investimentos já alocados. O PDA pode influenciar nos planos regionais de desenvolvimento sustentável, difundindo seus êxitos e dificuldades e contribuindo para gerar políticas duradouras de geração de renda e conservação ambiental junto com os produtores familiares da região.

Pesquisa em implantação e manejo de SAFs
Linhas de pesquisa

- Que os órgãos de pesquisa intensifiquem e façam chegar seus resultados aos grupos que trabalham com sistemas agroflorestais;
- que sejam ampliadas as linhas de pesquisa de aproveitamento de produtos da floresta com potencial econômico, que possam se converter em alternativas sustentáveis aos produtores familiares;
- enfatizar as técnicas para diversificação de culturas;
- pesquisar fontes alternativas de energia compatíveis com pequenas unidades agro-industriais;
- priorizar a pesquisa de mercado em níveis regional e internacional com financiamento subsidiado e apoio dos órgãos afins (ex: Embrapa, Sebrae, Coord. Estadual de Comércio e Indústria);
- que as empresas de pesquisa invistam em estudos sobre manejo e aproveitamento de babaçu;
- realizar pesquisas de mercado regional, nacional e internacional para óleos, polpas e outros alimentos provenientes de frutas tropicais, papel reciclado com fibras de babaçu, palmito e outros derivados de pupunha etc;
- experiência na agricultura familiar com o sistema irrigado na região de sequeiro;
- viabilizar condições para produção de sementes e mudas de espécies florestais selecionadas para atender os projetos;
- implementar programas de conservação genética nos SAFs;

Abordagem das questões a serem pesquisadas

- As instituições de pesquisa da região devem atender as demandas regionais, priorizando a agricultura familiar. Devem ainda fortalecer a pesquisa participativa;
- a pesquisa deve priorizar o uso de insumos disponíveis na região (variedade de adubo orgânico, esterco e opções de alimentação animal);
- deve-se enfocar técnicas adaptadas aos diferentes níveis de conscientização dos grupos de produtores familiares;
- desenvolver abordagens mais completas (multidisciplinares) considerando as condições locais de solo, fertilidade, produção, características culturais e o conhecimento do agricultor e de sua família;
- adoção de programas de pesquisa municipalizados, com enfoque em sistemas de produção, especialmente os SAFs.

Relação entre pesquisa e clientes

- A pesquisa de SAFs e outros sistemas de produção, cujo conhecimento encontra-se em fase inicial de observação, deve ser descentralizada dos Campi e desenvolvida nas propriedades dos agricultores com sua participação;
- deve-se desenvolver pesquisas técnicas participativas e dirigidas às necessidades das comunidades. Os erros e acertos das técnicas já aplicadas podem ser um bom começo da relação participativa entre pesquisadores e agricultores;
- as metodologias participativas devem envolver todos os agentes interessados: pesquisa, extensão, assistência técnica e os agricultores;
- que as Universidades discutam pautas de pesquisa com os produtores com vistas a resultados dirigidos e aplicáveis às suas necessidades;
- intensificar o intercâmbio entre pesquisas e experiências concretas em sistemas agroflorestais para validar propostas, métodos e tecnologias;
- pesquisadores nas áreas agrícolas e florestais devem ser incentivados a passar um período, a cada ano, morando em comunidades rurais.

Difusão de tecnologias

- Intercâmbio de lições entre as comunidades por meio da Rádio Nacional da Amazônia;
- sobre a produção de animais de pequeno porte (caprinos, suínos, galináceos, entre outros);
- as pesquisas das universidades devem ser melhor difundidas entre os públicos interessados para enriquecer e interagir com o saber popular,

permitindo maior aproveitamento desse conhecimento pela comunidade;

- as unidades de pesquisa devem realizar ampla divulgação de tecnologias brandas e adaptadas de uso dos recursos naturais;

- os subprojetos que deram certo devem ser levados a outros lugares, como projetos demonstrativos;

- o GTA precisa intensificar suas ações na divulgação e articulação dos subprojetos visando identificar suas lições e propostas de fortalecimento dos mesmos;

- que haja maior envolvimento das instituições das regiões onde existem subprojetos para conjugar esforços de estudos e divulgação de conhecimentos que possam fortalecer essas iniciativas.

Parcerias para a pesquisa

- Firmar parcerias com instituições como o Sebrae, Federações de Trabalhadores na Agricultura, Sudam, BASA, GTA e Federações da Indústria e Comércio para pesquisa de mercado, visando encadeamento de negócios entre pequenos produtores e grande comércio;

- estabelecer parcerias entre os órgãos de pesquisa e as organizações com vistas a uma pauta de pesquisas que atenda as necessidades mais urgentes de validação científica.

Na área da pesquisa é importante que sejam feitas modificações nos modelos desenvolvidos atualmente, possibilitando a participação dos produtores familiares na definição das prioridades, metodologias e formas de repasse aos órgãos de extensão rural e para a comunidade.

Enfatiza-se nas propostas, o fortalecimento das metodologias de pesquisa participativa, descentralizadas dos campos experimentais para as propriedades e comunidades onde serão utilizados seus resultados. Nesse sentido é importante se realizar um levantamento das necessidades a serem pesquisadas e/ou validadas para haver um efetivo processo de integração entre instituições e organizações de produtores. Considera-se que o PDA tem muito a contribuir nessa mediação.

Evidencia-se também a necessidade de se viabilizar formas mais ágeis e eficientes de difusão para os resultados das pesquisas chegarem aos seus clientes, potencializando as universidades como órgãos difusores de conhecimentos e formuladores de novas tecnologias.

Propostas ao PDA

Aperfeiçoamento do PDA na execução de sua missão

Neste aspecto, as propostas apresentadas foram amplas, abrangendo diferentes pontos para serem trabalhados. Por isso foram agrupadas para facilitar a compreensão e o debate.

Na área de formação em conseqüência da falta de políticas públicas para o meio rural, verifica-se grande necessidade de treinamentos, cursos e oficinas em diversas áreas para os produtores familiares.

As demandas mais evidentes no atual estágio de organização produtiva têm o objetivo de qualificar os produtores para lidar com questões estratégicas, planejamento de produção, gerenciamento das unidades de beneficiamento e comercialização, registro dos produtos, *marketing* (promoção de vendas), análise de mercados, aperfeiçoamento tecnológico, atendimento a clientes, entre outras. Com isso, os habilita para melhorar as condições em vista de uma competição mais realista no mercado.

Na área de divulgação dos resultados e lições das experiências, as principais propostas se referem à ampliação do processo de intercâmbio entre as experiências do PDA nas diversas regiões. O enfoque recai sobre o aprofundamento do debate e dos problemas e avanços existentes nas práticas em curso, a necessidade de se divulgar para outras entidades os avanços obtidos pelo PDA e a utilização de meios de difusão mais potentes para a realidade amazônica, como as rádios (emissoras de largo alcance), as rádios comunitárias e o rádio-amador para divulgar os trabalhos desenvolvidos pelos produtores.

Na área de articulação de políticas públicas é destacada a necessidade de trabalho conjunto com universidades, Embrapa, Emater, entre outras entidades. O objetivo é potencializar os esforços, principalmente sensibilizando o poder público local para combinar ações, complementar os subprojetos de acordo com os recursos locais e contribuir para a sua viabilização.A sustentabilidade dos subprojetos está na capacidade de arregimentar apoios e para isso o apoio local é o começo.

A ênfase das propostas de beneficiamento e comercialização é sobre a complementação dos subprojetos. É normal que a primeira formulação dos subprojetos não tenha contemplado todas as necessidades de equipamentos, atividades etc. Os produtores familiares da Amazônia estão ingressando em atividades de transformação, na década de noventa, historicamente um tempo muito curto para adquirir habilidades artes desenvolvidas por outros segmentos. Nesse sentido, as propostas estão centradas num maior apoio e cuidados do Subprograma para a sustentabilidade dessas experiências.

Nas áreas de sistematização de informações sobre o desempenho dos subprojetos enfatiza-se um trabalho mais efetivo do Subprograma na elaboração e publicação de contribuições técnicas, incluindo coeficientes técnicos e

embasamento científico para a utilização de produtos florestais não madeireiros.

Sobre a gestão e exigências burocráticas dos subprojetos, as propostas se concentram na simplificação dos formulários; na melhoria do atendimento na Secretaria Técnica e na discussão a respeito dos possíveis problemas que possam vir a ocorrer, de forma a não prejudicar o andamento dos trabalhos; nanecessidade de se ampliar e diversificar os projetos de apoio para outras áreas do sistema produtivo não atendidas hoje; na necessidade de se pagar os direitos trabalhistas e na realização de cursos de reciclagem para os profissionais que prestam assistência técnica aos produtores. Seguem, abaixo, as propostas:

Capacitação

- Articular parceria com o Programa Nacional de Geração de Renda (Pronager) visando a realização da capacitação profissional, organizacional e gerencial de empresas, cooperativas e associações apoiadas pelo PDA;
- que o PDA auxilie mais os subprojetos nas áreas administrativa e financeira;
- capacitação para elaboração de projetos PDA visando maior participação da Amazônia Oriental;
- realizar oficinas de administração rural e auto-gestão;
- financiar a capacitação dos dirigentes de associações e cooperativas nas áreas de produção, comercialização e gerenciamento dos projetos não contemplados;
- que as comunidades, antes da execução dos projetos, sejam bem treinadas na área de administração físico-financeira.

Divulgação de lições e resultados

- Que o PDA crie um fundo (recurso próprio) para visitas de intercâmbio, orientado entre os projetos, de acordo com o plano aprovado pela Secretaria Técnica;
- promover mais oficinas de intercâmbio, para avaliar e tirar encaminhamentos localizados e situados na realidade dos subprojetos por regiões;
- divulgar o PDA para comunidades ainda não contempladas pelo Subprograma;
- promover oficinas regionais entre produtores para conhecer experiências diferentes;
- aquisição de rádios amadores para facilitar a comunicação dos subprojetos mais distantes;
- que o PDA viabilize um programa de rádio para difusão tecnológica dos resultados;
- que os conhecimentos gerados pelo PDA sejam multiplicados cada vez mais e com linguagem acessível ao homem do campo;

- que se crie uma metodologia de divulgação dos trabalhos realizados;
- realizar mais atividades para divulgar os resultados do PDA;
- que os executores dos subprojetos divulguem os resultados de seu trabalho para nortear a agricultura local;
- que o complemento dos recursos para os projetos seja por meio de linhas de crédito.

Beneficiamento e comercialização

- Incentivar a elaboração de pequenos projetos para a valorização e comercialização dos produtos locais;
- que o PDA apoie a implantação de unidades demonstrativas completas;
- financiar projetos complementares para apoio ao beneficiamento e comercialização;
- que o PDA contribua na articulação de meios para comercialização da produção dos subprojetos;
- que contribua na articulação de financiamentos complementares ao do PDA para equipamentos de processamento de produtos originados dos SAFs.

Articulação de Políticas Públicas

- Que o PDA represente os subprojetos junto aos órgãos públicos, buscando apoio para financiamentos, assistência técnica e outras demandas;
- negociar com o Ibama diminuição da burocracia na legalização dos planos de manejo;
- envolver as universidades no desenvolvimento dos subprojetos;
- criar um fórum permanente de discussão entre os subprojetos PDA de uma mesma região, envolvendo prefeituras e outros órgãos públicos;
- inter- regionalizar a avaliação de novos projetos via PDA, com a participação de órgãos públicos locais;
- articular órgãos de pesquisa e extensão para colaborarem nos subprojetos das comunidades distantes.
- que o PDA contribua para a acriação de novos programas de apoio.

Sistematização de informações e resultados

- Que o PDA promova estudos e difusão de coeficientes técnicos para embasamento dos projetos futuros;
- que seja feita a sistematização de dados de desempenho dos SAFs para contribuir nas discussões e decisões nas linhas de crédito rural.

Gestão e burocracia do Subprograma

- No financiamento aos subprojetos, que sejam contemplados os direitos trabalhistas da equipe técnica;
- continuar com o apoio aos subprojetos em andamento e que estão dando certo;
- que se agilize o repasse das parcelas, evitando atrasos;
- que os recursos do PDA atendam a agricultura familiar;
- nos casos de falha de informações dos subprojetos, quando forem sanadas as pendências com a Secretaria Técnica, a remessa deve ser cumulativa com as parcelas retidas para não afetar mais ainda o cronograma de trabalho dos projetos;
- a Secretaria Técnica deve utilizar mais o telefone e o fax antes de decidir sustar a remessa da parcela mensal do subprojeto;
- simplificar o formulário de elaboração de subprojeto;
- que o PDA atue com projetos para assessoria, qualificação e registro de produtos;
- que o PDA possa refinanciar os projetos em curso nas áreas de assistência técnica, industrialização, administração e formação.

Assistência técnica e metodologias

- Criar uma nova metodologia de assistência técnica para a Amazônia
- A pesquisa, extensão e assistência técnica devem ser participativas, envolvendo as famílias dos produtores, a partir dos erros e acertos das técnicas já aplicadas, estimulando-os a assumirem a produção de conhecimentos junto com os técnicos;
- O trabalho da assistência técnica deve ser direcionado para a capacitação de agentes locais de extensão;
- A Assistência Técnica deve ser treinada para assistir aos modelos de desenvolvimento sustentável, especialmente em SAFs, com apoio da Pesquisa no repasse e experimentação das técnicas desses sistemas;
- as técnicas devem ser adaptadas aos diferentes níveis de conhecimento dos grupos locais;
- os projetos devem ser elaborados de acordo com a realidade local, os recursos disponíveis, os tipos de solos, fertilidade, produção, características culturais e a capacidade organizativa dos produtores, entre outros fatores;
- ampla divulgação de tecnologias brandas e adaptáveis às realidades amazônicas, assim como novas técnicas de agricultura sustentável em florestas tropicais;
- implementar rotinas de análises do solo para melhor aproveitamento e

desenvolvimento dos projetos;

- capacitar as pessoas envolvidas para gerência e técnica de execução dos projetos;

- assegurar assistência técnica em todas as áreas financiadas até o final do subprojeto apoiado pelo PDA;

- treinar agricultores e técnicos em SAFs e outros sistemas de produção de recursos florestais para prestarem assistência técnica em suas comunidades;

- fazer avaliação técnico-econômica dos subprojetos indicando as necessidades e meios de corrigir seus erros em tempo;

- a assistência técnica deve se ajustar às condições de cada grupo local;

- criar uma nova metodologia de assessoria técnica para o desenvolvimento comunitário;

- adequar a extensão rural ao novo modelo de agricultura sustentável.

Na área de assistência técnica e extensão rural, as instituições governamentais juntamente com movimentos sociais, após um amplo debate realizado com representantes do país inteiro, construíram uma proposta nacional de reformulação do sistema para prestação dos serviços de assistência técnica e extensão rural, que teve como princípios os seguintes pontos:

- A assistência técnica e extensão rural (ATER) têm a missão de contribuir de forma participativa com o desenvolvimento rural sustentável, centrado na expansão e fortalecimento da agricultura familiar, por meio de processos educativos que asseguram a construção do pleno exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida da sociedade.

- A ATER pública deverá ser um serviço gratuito, de elevada qualidade e destinado a atender, exclusivamente, aos produtores familiares (proprietários, trabalhadores, posseiros, extrativistas, parceiros, meeiros, arrendatários, colonos, rendeiros, ocupantes, pescadores artesanais, agregados, índios, acampados, ribeirinhos, caiçaras e suas organizações).

- A ATER pública deverá ter como área de atuação todos os municípios de todas as unidades da federação.

- Em termos de prestação dos serviços, os mesmos poderão ser realizados por entidades estatais e não estatais, que serão escolhidas pelos produtores e financiadas com recursos dos fundos estaduais de assistência técnica e extensão rural.

- Os fundos serão administrados por conselhos paritários, compostos por 50% de representantes dos produtores familiares e 50% de prestadores de serviço de ATER.

- Os técnicos que prestarão os serviços deverão passar por um processo de reciclagem para trabalharem efetivamente dentro das diretrizes dessa nova proposta e dessa forma poderem atender as demandas que se apresentam hoje para o setor, como os SAFs, os trabalhos com pescadores artesanais, entre outras demandas.

• Os parceiros locais do PDA, participam desse processo de readequação da ATER no Brasil, por meio de suas entidades de representação sindical. Talvez haja necessidade de maior integração desse processo. Inclusive maior divulgação dos mecanismos que o PDA criou para acompanhar seus subprojetos, conhecido como GAPEP-Grupos de Apoio à Execução de Projetos que, na ausência de uma assistência técnica garantida, devem assessorar a implantação dos subprojetos.

Capacitação dos parceiros locais

• Investir na capacitação e formação dos gestores locais de subprojetos;

• fazer levantamento das demandas e locais que precisam de treinamento em administração rural e gestão de cooperativas e projetos associativos;

• estabelecer parceria com o Pronager (Nacional e Amazônia) para a capacitação profissional, organizacional e gerencial de empresas, cooperativas e associações que têm apoio do PDA;

• utilizar as oficinas de intercâmbio como espaço de capacitação dos parceiros locais;

• realizar treinamentos para elaboração de projetos nas áreas menos atendidas e para comunidades com pouca organização institucional;

• propiciar cursos de planejamento ambiental com a participação dos produtores;

• realizar treinamentos em administração físico-financeira de subprojetos para comunidades menos habilitadas;

Participar de articulações de apoios para a capacitação dos dirigentes de associações e cooperativas nas áreas de produção, comercialização e gerenciamento dos projetos econômicos de comunidades e organizações locais não financiadas pelo PDA, referendado nos resultados obtidos pelas experiências do PDA;

Divulgação e intercâmbio

• Sistematizar os dados de desempenho técnico dos SAFs apoiados pelo PDA, a partir de uma amostra representativa por região para divulgar junto aos outros subprojetos e junto às instâncias de governo que trabalham políticas para a agricultura;

• financiar aquisição de rádios amadores para potencializar a comunicação dos subprojetos nas suas relações comerciais;

• incentivar a utilização de rádio para divulgação de resultados, tecnologias e lições dos subprojetos;

• que haja um Plano de Sistematização de dados e informações geradas pelos subprojetos para ser difundido em apoio às articulações dos parceiros do Subprograma, em todos os níveis;

- que o PDA realize estudos e difusão de coeficientes técnicos para embasamento dos projetos futuros;

- apoiar intercâmbios regionais entre produtores para conhecer experiências que possam enriquecer seus projetos. Esta proposta se relaciona com a visão de "inter- regionalizar" a avaliação dos subprojetos em aspectos específicos gerando conhecimentos para os agricultores e para o trabalho de sistematização de dados técnicos e lições;

- que seja criado um fundo com recurso do próprio Subprograma para visitas de intercâmbio orientado entre subprojetos, de acordo com plano aprovado pela ST;

- produzir recursos de comunicação que divulguem os conhecimentos gerados pelo PDA em linguagem acessível ao homem do campo;

- incentivar os executores dos subprojetos a divulgar os resultados em suas regiões para contribuir como referencial para a agricultura local;

- que o PDA desenvolva metodologias e mais atividades de divulgação de resultados;

- divulgar os mecanismos do PDA para comunidades não contempladas pelo Subprograma;

- incentivar a criação de um fórum permanente de discussão entre os subprojetos PDA, criando uma rede informal de geração de conhecimntos sobre a sustentabilidade ambiental, econômica e social das comunidades locais.

Comercialização

- Financiamentos complementares ao PDA para apoio ao beneficiamento e comercialização;

- maior apoio à comercialização dos produtos obtidos nos projetos financiados;

- que o PDA atue com projetos para assessoria, qualificação e registro;

- assistência técnica periódica, até começo da comercialização dos produtos;

- incentivar pequenos projetos para valorização e comercialização dos produtos locais.

Refinanciamento de projetos

- Que o PDA possa refinanciar os projetos em curso nas áreas de assistência técnica, industrialização, administração e formação;

- que seja estabelecido um componente específico para capacitação nas áreas de produção, administração e comercialização;

- reforço de verba para itens não previstos no projeto inicial que surjam

com as necessidades de readequação dos projetos.

Articulação de Políticas e Parcerias

- Contribuir para a criação ou aproximação de outras linhas de financiamento que possam vir a complementar os subprojetos em curso;
- contribuir para viabilizar um selo verde para os produtores agroextrativistas;
- contribuir nas providências para a comercialização da produção gerada nos subprojetos;
- representar os subprojetos junto aos órgãos públicos, buscando apoio para novos financiamentos, assistência técnica e outras demandas de continuidade dos mesmos;
- articular órgãos de pesquisa e extensão para as comunidades distantes, de acordo com as necessidades demonstradas nas monitorias;
- envolver as universidades no acompanhamento e desenvolvimento dos subprojetos;
- que o PDA encaminhe aos bancos e órgãos públicos informações sobre o desempenho e reconhecimento dos subprojetos apoiados;
- que os recursos do PDA atendam agricultura familiar, em sintonia com as políticas em curso para esse segmento;
- fortalecer mecanismos de ações conjuntas, aproveitando os departamentos de associativismo das Fetagris da região Norte que trabalham junto aos públicos dos subprojetos;
- buscar mais parcerias, participação e acompanhamento do que está sendo feito por outros programas, repasse de experiências para entidades e órgãos governamentais da região e maior multidisciplinaridade na abordagem das avaliações;
- negociar com o Ibama a minimização da burocracia da legalização dos planos de manejo nos projetos apoiados pelo PDA;
- que o PDA apoie a implantação de unidades demonstrativas completas, seja com recursos da doação seja com complementação de outros programas.

Garantia e assistência técnica

- Apoiar um projeto de financiamento para a assistência técnica, sendo um por Estado a serviço dos atuais e futuros beneficiários.

Zoneamento

- Que os futuros projetos possam ser enquadrados num zoneamento agroecológico das regiões (onde houver).

Procedimentos de Desembolso

- Nos casos de atrasos de documentação, quando forem sanadas as pendências com a ST, a próxima remessa deve ser cumulativa, incluindo as parcelas retidas para não afetar mais ainda o cronograma de trabalho do projeto;

- a ST deve utilizar mais o telefone e fax, se comunicando com os parceiros locais antes de decidir sustar a remessa da parcela mensal do subprojeto;

- que o PDA agilize o repasse das parcelas, minimizando os atrasos na execução do cronograma;

- no financiamento aos projetos, que sejam contemplados os direitos trabalhistas da equipe técnica.

Novas modalidades de financiamento

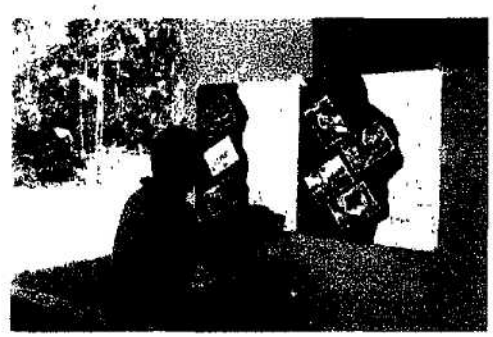
- Incentivar projetos que se propoem promover fundos rotativos dentro da comunidade beneficiada, favorecendo novas possibilidades de financiamento interno e processos educativos com base em experiências demonstrativas;

- promover co-financiamento de projetos futuros com recursos do Prodex.

Acervo ISA

Manejo de recursos aquáticos

SANTARÉM, 1998



Manejo de recursos aquáticos

Incluem-se nesta temática os subprojetos que visam desenvolver sistemas inovadores de criação e manejo de recursos aquáticos (peixes, quelônios, crustáceos, etc.), a recuperação e povoamento de lagos e outros corpos d'água das áreas de florestas e proteção de áreas de florestas de reprodução por meio de acordos comunitários de pesca.

Acervo ISA

Introdução

A oficina que tratou da temática Manejo de Recursos Aquáticos reuniu cerca de 40 pessoas, que divididas em dois grupos de trabalho, discutiram e trocaram experiências sobre aspectos técnicos do manejo e aspectos relacionados com a comercialização e o beneficiamento do pescado.

Estiveram representadas a Colônia dos Pescadores Z-20 (Santarém/PA), Federação dos Pescadores do Amapá (Fepap), Associação dos Pescadores Artesanais de Urubuquara (Alpau) e Associação dos Nativos e Moradores da Ilha de São Miguel.

A seguir, apresentamos uma síntese do resultado das discussões, que num primeiro momento refletem os acertos apontados pelos participantes no processo de execução dos subprojetos em relação ao Manejo Comunitário de Lagos e ao Beneficiamento e à Comercialziação do Pescado. Neste sentido, foram ressaltados como positivos a participação da comunidade na execução dos subprojetos; as parcerias formalizadas com instituições e os investimentos em capacitação técnica. Considerando-se este último como fundamental para a qualificação profissional das mulheres e para o aumento da renda familiar

Um outro fator igualmente importante refere-se à capacidade demonstrada pela comunidade no trabalho de Conservação Ambiental, que melhorou bastante, principalmente devido ao cumprimento dos *acordos de pesca*, contribuindo para aumentar a quantidade de peixes nos lagos e reduzir as invasões provocadas pela pesca predatória.

No item referente ao processo de Beneficiamento e Comercialização do pescado, os ganhos provenientes das estratégias de mercado adotadas para a comercialização, transporte, armazenamento e conservação do produto, também constam entre os acertos contabilizados nos subprojetos.

Na sequência vêm os itens sobre as dificuldades enfrentadas nos subprojetos, relacionadas particularmente com os aspectos técnicos do manejo de lagos. Incluem-se, neste caso, problemas com assistência técnica e as limitações dos órgãos públicos para firmar parcerias. Em outros casos, a total ausência de fiscalização, favorece invasões de geleiras em determinadas áreas.

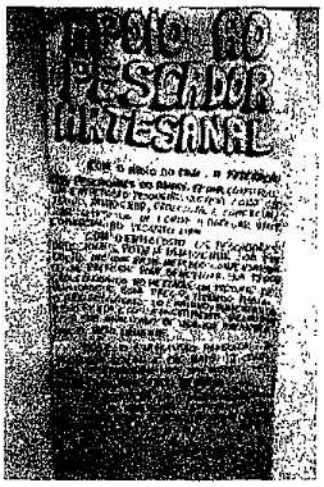
Outros problemas decorrem, por exemplo, da implementação de políticas públicas desfavoráveis, das dificuldades para o registro dos produtos beneficiados, da pouca capacidade do mercado local em absorver a produção regional.

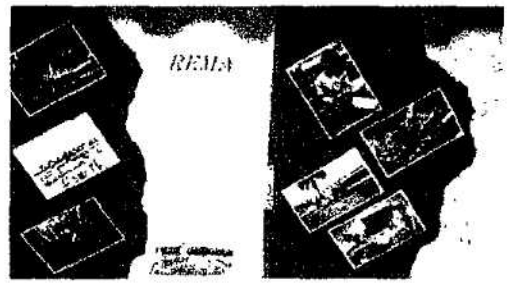
Mas entre dificuldades e acertos a comunidade vai extraindo lições exemplares da combinação desses fatores. É o caso dos que se referem à contribuição dos acordos de pesca para o fortalecimento do manejo comunitário dos lagos; outras afirmam que o manejo, para ser bem sucedido, deve ser acompanhado de trabalho de conscientização ambiental; que a assistência técnica e a capacitação profissional são indispensáveis no processo, como são igualmente necessárias a organização e a participação da comunidade para o fortalecimento do compromisso local.

Outros aspectos apontados se referem à influência exercida por algumas iniciativas bem sucedidas sobre políticas públicas; mostram também que é preciso competência no planejamento e gerenciamento das tarefas comunitárias; que a relação com o mercado exige o aprendizado de novas modalidades; que a metodologia e as parcerias, quando bem estruturadas, ajudam a fortalecer os planos de manejo.

Da discussão dessas questões emergem propostas que objetivam aumentar a efetividade do manejo de recursos aquáticos por meio dos planos executados. São propostas associadas aos seguintes aspectos: financiamento, assistência técnica e capacitação, políticas públicas, pesquisa e difusão de tecnologias.

Por fim, o documento apresenta algumas sugestões para o aprimoramento do Subprograma PDA em diferentes direções. Dentre essa sugestões, constam: realização de oficinas de capacitação em elaboração de projetos; promoção de visitas técnicas às organizações antes da aprovação das propostas e articulação de termos aditivos entre o PDA e órgãos oficiais.





Acertos

Manejo comunitário de lagos

O Manejo adotado pela maioria dos subprojetos consiste basicamente em:

- Respeito aos defesos dos peixes;
- respeito aos lagos preservados e lagos de procriação;
- criação de *Acordo de Pesca* da região feito pelas comunidades;
- criação ou legalização do *Acordo de Pesca* para os lagos;
- uso controlado das espécies;
- reflorestamento de beiras dos igarapés, lagos e rios;
- não matar peixes pequenos (caso da Associação dos Produtores agroextrativistas e Pescadores Artensanais da Resex Itaipava, de Tucuruí (PA);
- respeito à época da piracema.

Organização, participação comunitária e valorização ambiental

A organização da comunidade é enfatizada como um pressuposto para o manejo comunitário dar certo. Essa organização hoje, na Amazônia, é feita por meio de colônias de pescadores, cooperativas, comunidades locais e associações profissionais. Na Mata Atlântica, o PDA apoia uma cooperativa de criadores de ostras, no litoral de São Paulo.

O envolvimento entre os executores desde o início do subprojeto, da concepção à avaliação do desempenho das atividades, tem sido muito valorizado. Na estruturação do subprojeto é valorizado o conceito de ciclo metodológico, que prevê um acompanhamento sistemático (início, meio, fim e interfaces) da experiência.

Uso sustentável dos recursos

- As pessoas estão conscientes de que devem usar seus recursos de forma sustentável;
- Há um forte reconhecimento de que as técnicas tradicionais eram sustentáveis. Por isso continua sendo muito valorizada a conscientização dos comunitários mais novos sobre a importância do uso das referidas técnicas;
- Consideram indispensável que se continue o trabalho de educação ambiental para a proteção dos mananciais como o que vem sendo feito em parceria com o Projeto IARA, envolvendo dez comunidades em Oriximiná (PA).

Cooperação institucional e parcerias

O subprojeto ganha confiança quando cumpre os acordos feitos. Nesse sentido, são valorizadas as parcerias com outros órgãos como Ibama (Subprojeto de Recuperação do Lago Romão e Sapucuá, em Oriximiná-PA), com a Eletronorte e Prefeituras (Apoio à Produção e Comercialização da Pesca Artesanal das Ilhas do Lago da UHE de Tucuruí-PA). A confiança deve ser mútua, com os órgãos públicos também cumprindo sua parte nos acordos. É destacado o apoio das Colônias de Pescadores Z-20 e de outras organizações locais para o sucesso dos subprojetos.

Parcerias valorizadas pelos participantes

- Pesquisas e monitoramento biológico do tambaqui feitos em Mamirauá (AM);
- assistência técnica de agrônomos da Mineração Rio do Norte na produção de mudas para o reflorestamento dos lagos, em Oriximiná (PA);
- estudo técnico sobre o crescimento das ostras, feito pelo Instituto de Pesca, da USP (Universidade de São Paulo) no bairro de Mandira, em Cananéia (SP);
- assistência técnica na elaboração dos *acordos de pesca*, pelo projeto IARA, Ibama local e Universidade Federal Fluminense, caso da recuperação do Lago Romão e Sapucuá;
- foi bastante elogiada também a atuação do Ministério Público em acordos de convivência sobre criação de animais soltos nas várzeas (búfalos, porcos). Embora seja um trabalho pontual, todos que vivem nessas áreas afirmam que deve ser expandido.

Fiscalização: comunidade e Ibama atuam juntos

- Os agentes ambientais e pessoas eleitas pelas comunidades e reconhecidas pelo Ibama, fazem a fiscalização e vigilância rotineiras nos subprojetos Mamirauá e nos lagos do Maicá, em Santarém (PA). A atuação dos agentes ambientais é monitorada por comunitários e por técnicos do Ibama (Projeto IARA), em Santarém e Oriximiná (PA). O Ibama treina os comunitários e está buscando meios de formalizar juridicamente os Agentes Ambientais Colaboradores.
- Em todos esses projetos, a iniciativa de manejo e fiscalização vem ocorrendo desde meados dos anos oitenta, por parte das próprias comunidades, quando a pesca industrial começou a ameaçar a reprodução das espécies. É o caso da comunidade do Tiningú, na região do Maicá, visitada pelos participantes da Oficina. Região pressionada pela pesca, há mais de quinze anos, controla a pesca nos lagos. Nas várzeas do rio Amazonas são muito freqüentes os *acordos de pesca*, pactos entre comunidades, poder público e a pesca industrial que protege as áreas de desova.
- A conscientização dos pescadores e comunitários é fundamental. A organização geralmente garante que ninguém contrarie o acordo.

Acervo ISA

Capacitação técnica

A realização de cursos de capacitação em manejo e beneficiamento do pescado, no interior dos barcos, é vista como método proveitoso pelo subprojeto desenvolvido pela Federação dos Pescadores Artesanais do Amapá (Fepap). Praticamente não ocorre mais perda de peixe na embarcação em conseqüência do curso. A Fepap investe na capacitação das Mulheres e filhos de pescadores para trabalhar no beneficiamento e no entreposto comercial, ampliando a renda das famílias.

Melhoria na conservação ambiental

O aumento dos peixes nos lagos e a redução das invasões pela pesca predatória são indicados pelos participantes como principais sinais de que esse trabalho vem dando certo. Tal resultado é atribuído aos *acordos de pesca* e enfatizado pelo Projeto para Fiscalização de Áreas do Setor Jarauá-Mamirauá (AM), com o qual todos concordam a partir de suas experiências locais.

Beneficiamento e comercialização

Transporte, armazenamento e comercialização

As soluções técnicas como aquisição de um barco flutuante para armazenamento e um barco para transporte do pescado são consideradas importantes para conservar o produto para comercialização, no caso do setor Jarauá, de Mamirauá. Para a Associação dos Pescadores Artesanais de Porto de Moz (PA), baixar o custo do gelo para o pescador, foi uma solução fundamental para diminuir os custos totais de produção.

Contatos com o Mercado

- A Federação dos Pescadores do Amapá (Fepap) considera que acertou na estratégia de mercado de venda às associações da cidade de Macapá e pequenos consumidores. Eles chamam aos seus vendedores "Operadores de Mercado", os quais comercializam a produção do Entreposto e dos pescadores.
- A ExpoAmazônia/98 é apontada como uma iniciativa positiva para divulgar os produtos da Amazônia nos mercados do Centro-Sul.

Venda direta

No Marajó, algumas associações de pescadores artesanais, estão considerando positiva a experiência do desembarque do pescado para Associação dos Pescadores (APC), em Belém, a preço mais barato do que repassariam aos atravessadores para o consumidor. Um grupo de associações é responsável pela

pesca e outro pela comercialização. Com essa prática, os custos são reduzidos e o lucro aumentado. Ainda nessa região, os pescadores artesanais avaliam positivamente a venda direta ao consumidor na Feira do Tablado, próximo ao Ver-o-Peso, em Belém.

Aumento da renda

A Associação dos Pescadores Artesanais de Porto de Moz apresenta como resultado da execução do projeto da Aspar, apoiado pelo PDA, o aumento, em média, de 30% da renda familiar dos pescadores.

Acervo ISA

Dificuldades

Aspectos técnicos do manejo

Assistência técnica

Os subprojetos consideram que a carência de multiplicadores para disseminar as experiências-piloto é uma limitação à sua continuidade, principalmente nos aspectos de beneficiamento e comercialização. A maioria das áreas de manejo não dispõe de assessoria técnica. Há pouca gente capacitada para prestar assessoramento de campo na execução dos projetos.

Deficiências político-institucionais

Os órgãos públicos apresentam limitação de pessoal e de orçamento para fazer parcerias. Algumas autoridades locais, segundo os participantes, incentivam invasões por companhias pesqueiras e geleiras nos lagos manejados pelas comunidades. A falta de apoio dos governos municipais é uma característica da maioria das áreas onde o PDA apoia projetos. No caso do setor Jarauá, no Amazonas, os políticos na região influenciam contra o projeto, conforme depõem seus executores.

Em relação ao crédito, as opções de financiamento à produção são inadequadas ao perfil da clientela. Os pescadores artesanais não se enquadram nas exigências burocráticas das linhas oferecidas pelo mercado. No caso do FNO, eles ficaram fora do Prorural, devido ao desvio de recursos do Banco da Amazônia por estaleiros e associações de pesca industrial. O setor não tem recebido investimentos, ficando suas atividades reduzidas à pesca de subsistência com pouco excedente para comercialização. A maioria vende, ainda, para os intermediários.

A falta de legalização das terras dificulta algumas atividades dos comunitários dentro dos critérios legais fiscalizados pelos Agentes Ambientais. A pouca estrutura do Ibama não tem permitido maior abrangência do acompanhamento do projeto pelos Agentes Ambientais, no caso do Baixo-Amazonas.

Da mesma forma, a falta de adaptação do setor jurídico do Ibama-Regional à gestão participativa da pesca, tem tornado muito lento esse processo. A aplicação dos *Acordos de Pesca*, quando não regulamentados junto aos usuários do recurso, tem causado conflitos.

Fiscalização

As pessoas que não moram no lago em processo de manejo e usam-no como garimpo de peixes constituem o primeiro problema identificado pelos comunitários. As invasões pelas geleiras são freqüentes na área da Associação dos Moradores de Vila Alencar – no setor Mamirauá. A fiscalização por parte do governo é esporádica. Muitas vezes faltam recursos para o combustível dos veículos utilizados para a fiscalização.

Em todas os subprojetos é muito sério o problema dos transportes para fazer o trabalho de vigilância nos lagos. Os custos do combustível são altos para a comunidade arcar sozinha. E aumentam conforme se eleva a pressão sobre os recursos. Como os comunitários tiram do seu tempo de trabalho para vigiar os lagos comunitários, reclamam da falta de remuneração para os Agentes Ambientais. Na maioria das áreas, há total ausência de fiscalização por parte das autoridades locais (Ibama, Polícia Florestal). Desta forma, é impossível evitar a invasão de pessoas estranhas nas áreas.

Tem sido difícil a fiscalização para controlar a captura do pescado nos projetos que não contam com uma inserção do Ibama no manejo comunitário. É o caso da Associação dos Pescadores Artesanais de Porto de Moz, que não conta com o apoio do Ibama.

Nos projetos que não contam com uma inserção do Ibama no manejo comunitário, tem sido difícil a fiscalização para controlar a captura do pescado.

Políticas públicas desfavoráveis

No estado do Amazonas, o "Terceiro Ciclo" (programa do Governo voltado para a industrialização e agricultura extensiva) fez com que muitos produtores rurais se tornassem pescadores, aumentando a pressão sobre os recursos pesqueiros.

Registro dos produtos beneficiados

Os executores dos subprojetos em fase de beneficiamento de produtos (Fepap e Porto de Moz) afirmam que têm dificuldades para adquirir o registro de comercialização emitido pelo Serviço de Inspeção Federal (SIF). Só é possível adquiri-lo se a planta do estabelecimento de industrialização do pescado contemplar as seguintes exigências: atestado da qualidade da água e capacidade de fornecimento; esgoto; revestimento (paredes e piso); terreno legalizado; pé-direito de cinco metros. A maioria das organizações encontra-se em estágio de estruturação que não atende a esses requisitos.

No caso do projeto da Fepapa, a área do entorno da unidade de beneficiamento foi invadida por moradores e isso tem dificultado a obtenção do resgistro.

Acervo FASA

Mercado

Os participantes consideram desfavorável o mercado consumidor local no período de safra. A combinação de uma grande oferta nesse período com o reduzido poder aquisitivo dos consumidores joga os preços para baixo.

Consideram que o mercado local não é suficiente para absorver a produção regional. Esse é o caso das comunidades de Mamirauá, que ficam distantes dos mercados consumidores mais populosos.

Em geral, os pescadores artesanais se ressentem da ausência de uma política para o preço do pescado.

A falta de transporte próprio das associações para transportar o pescado para os locais de comercialização é indicado como fator de encarecimento do produto.

Ausência de capital-de-giro

A Federação dos Pescadores do Amapá (Fepap) está em processo de comercialização do produto e reclama a falta de crédito para capital-de-giro que possibilite a continuação do subprojeto. As linhas de crédito do mercado, principalmente o FNO, exige uma carga burocrática incompatível com as pequenas organizações econômicas dos pescadores. Os juros praticados são considerados altos para as associações.

Insuficiência de assistência técnica e pesquisa

Os participantes da Oficina atestam que precisam de apoio técnico que oriente os pescadores na comercialização, sob pena de fracassarem. Não existe uma assistência técnica com este fim, no caso da Fepap (AP).

A Aspar (Porto de Moz) avalia que faltou melhor assessoramento no local e melhor orientação na elaboração do projeto de beneficiamento. A ausência de acompanhamento técnico é verificado também nas áreas de manuseio, manejo e congelamento do pescado.

Os participantes registram a falta de conhecimentos e de pesquisas aplicadas na área de manejo de recursos aquáticos. Faltam pesquisas sobre capacidade de suporte dos lagos para subsidiar ações visando o aumento da produtividade do pescado e a garantia da sustentabilidade dos acordos de pesca.

Unidades de beneficiamento pouco eficientes

A maioria do executores de subprojetos afirma carecer de infra-estrutura melhorada para armazenamento dos produtos. Faltam câmara frigorífica, fábrica de gelo, caixa geleira para armazenar o pescado grande (as caixas pequenas obrigam a cortar a manta, e perde preço).

Sem meios para armazenar o pescado, há dificuldade de manter o abastecimento na época da entressafra.

Problemas de ordem ambiental

O assoreamento dos lagos pelo rio Amazonas é um processo acelerado. Esse problema é identificado pelo projeto de Recuperação do Lago Romão e Sapucuá, mas verificável em grandes extensões, inclusive nas comunidades do Maicá, em Santarém, onde se situa a comunidade de Tiningú, visitada pelos participantes.

A estiagem prolongada atrasa os plantios dos sistemas agroflorestais e o reflorestamento das margens dos lagos. A seca ocasiona também a falta de sementes para o reflorestamento de lagos.

Lições

A principal missão do PDA é "estimular projetos sustentáveis de gerenciamento e conservação dos recursos naturais por comunidades; extrair e disseminar as lições de modo que os acertos possam contribuir para as políticas públicas nas diversas esferas de governo." (PDA/MMA: 1998).

O sentido de lição trabalhado pelo PDA e estimulado na execução dos subprojetos, dá-se na acepção mais ampla da palavra: ensinamento, conselho e exemplo que servem de orientação à conduta, ao procedimento. Experiência que serve de exemplo ou de aviso...(Ferreira, A . B. H.). Em muitos casos, as lições que são novidades para as comunidades de uma região, podem ser uma prática comum entre outras. Os intercâmbios promovidos entre os subprojetos apoiados pelo PDA funcionam, então, como instrumentos de difusão e de geração de novos conhecimentos.

A geração de lições é compreendida como um processo dinâmico, situado historicamente e construído numa parceria que envolve os doadores, os gestores dos fundos de doação, o governo brasileiro, o agente financeiro (Banco do Brasil) e as organizações e comunidades locais que executam os projetos.

O uso planejado dos recursos com uma mentalidade de conservação e preservação não é uma novidade introduzida apenas pelo estímulo do apoio do PDA. Faz parte das estratégias de muitas comunidades tradicionais na sua relação com a natureza. Desta forma, tanto idéias inovadoras de uso dos recursos como a validação do conhecimento existente são considerados importantes para construir um novo referencial de desenvolvimento, no qual se combinem a satisfação das necessidades humanas com a manutenção das condições de reprodução dos demais recursos da natureza.

Na área temática de Manejo de Recursos Aquáticos, a experiência histórica das comunidades amazônicas é notória e muitas das lições remontam práticas até mesmo seculares de uso desses recursos pelos ribeirinhos. O Provárzea/ PPG7 foi montado tomando como referência a experiência das comunidades dos lagos do Maicá, em Santarém (PA), onde o manejo comunitário dos estoques foi intensificado há mais de vinte anos.

Considera-se também no PDA, que a natureza e as dinâmicas sociais têm seus próprios tempos, embora sejam suscetíveis à intervenções planejadas, como os projetos com os quais se estabelecem objetivos de curto e longo prazos, com algum nível de controle dos seus resultados.

Por esse motivo, não se espera que em três anos, tempo de duração do apoio do PDA, os subprojetos apresentem lições definitivas. No processo de amadurecimento das experiências, pode-se refletir sobre o aprendizado construído nos processos. Assim como pode-se reunir mecanismos de fortalecimento dos projetos naquilo que demonstram ser eficientes e promissores. Ao mesmo tempo, essa reflexão permite a socialização do conhecimento e possibilita a disseminação e apropriação desse conhecimento por outras comunidades, instituições e na própria sociedade.

As questões identificadas nas oficinas de Intercâmbio de experiências apoiadas pelo PDA têm esse caráter e esses objetivos. As lições, abaixo, foram extraídas dos projetos apoiados pelo PDA e das experiências de outras comunidades que atuam nessa área temática.

Acordos de pesca fortalecem o manejo comunitário dos lagos

Os *acordos de pesca* protegem os recursos naturais e garantem melhoria da qualidade de vida da comunidade, assegurando a regularidade do alimento e a manutenção da capacidade de reprodução das espécies para a comercialização em pequena escala

A gestão de parcerias entre as comunidades locais e órgãos públicos no funcionamento dos Acordos de Pesca dá maior garantia de funcionamento dos acordos

Os Acordos de Pesca fortalecem a organização dos pescadores, no reflorestamento dos lagos, contribuindo também para aumentar o estoque de peixes

Conscientização ambiental

Para o sucesso do trabalho, é fundamental a utilização consciente dos recursos oferecidos pelo ambiente, visando meios de sobrevivência das comunidades com o manejo sustentável dos recursos.

- O sucesso dessas atividades ensina a convivência com a natureza, sem prejudicar o meio ambiente e repassam experiências tradicionais de como manejar o recurso pesqueiro nos lagos.
- A prática da agrofloresta conscientiza para que não haja desmatamento.
- Já existe bastante conscientização sobre a proteção ambiental nas comunidades locais.
- O compromisso dos comunitários com a conservação dos recursos deve ser fortalecido para poder continuar a dispor dos recursos da natureza.

Capacitação local e assessoria técnica

- As entidades e instituições de pesquisa e assessoria devem atuar em sintonia com as demandas locais.
- Os cursos aplicados devem ser feitos pelos pescadores ou pessoas que eles conhecem, traduzindo os termos técnicos.
- A elaboração das propostas, especialmente as que incluem beneficiamento, deve ter boa assessoria técnica.
- A capacitação profissional buscando-se o aperfeiçoamento deve ser um ingrediente ativo do subprojeto.
- A assistência técnica integrada é indispensável para garantir a sobrevi-

Acervo ISA

vência econômica dos subprojetos de beneficiamento.

- Participação de entidades de apoio no assessoramento técnico dos Acordos.

- Os pescadores podem lidar com a burocracia no subprojeto.

Organização e participação comunitária

- O envolvimento comunitário na área de execução do subprojeto é muito importante para o sucesso do manejo. O esforço conjunto pela eficácia e efetividade do subprojeto; a sustentabilidade a médio e a longo prazos depende desse envolvimento.

- A experiência tem mostrado que deve-se envolver o maior número de comunitários, principalmente mulheres e jovens.

- Os subprojetos andam mais rápidamente quando se inserem na organização social já existente nas comunidades.

- As iniciativas das comunidades na criação de alternativas próprias e coletivas de comercialização são as mais favoráveis.

- Lidar com divergências de idéias e pensamentos, que são muitos diferentes de local para local e entender a realidade dos pescadores, é uma lição destacada pela FEPAP; desta forma, os pescadores se sentem amadurecendo as idéias e construindo uma base capacitada.

- A participação dos comunitários nos trabalhos desde o início do projeto permite que a instituição faça um papel secundário, podendo investir tempo em outras atividades.

- O conhecimento da dinâmica das comunidades permite melhor desenvolvimento do trabalho entre a instituição e os comunitários; sem a participação das comunidades o trabalho das instituições é dificultado.

- A organização das comunidades deve ser potencializada para conseguir políticas públicas favoráveis ao pescador artesanal.

- A formação deve ser um componente da organização comunitária, presente em seus objetivos.

- A organização das pessoas em associações ajuda a fortalecer a comunidade e a alcançar seus objetivos.

- A criatividade das iniciativas locais e sua efetividade devem ser consideradas pelos executores dos subprojetos.

Iniciativas bem sucedidas influenciam políticas públicas

- A realidade mostrada em subprojetos pilotos pode orientar planos estratégicos. As experiências práticas nos ajudam a tomar diretrizes futuras.

- A parceria com órgãos públicos pode levar a políticas públicas mais sustentáveis.

• Existem muitas e boas iniciativas que devem ser consolidadas ao se discutir políticas pesqueiras na região.

Planejamento e gerenciamento

• O planejamento das atividades permite aos comunitários e instituições que honrem os compromissos assumidos.

• Para conseguir implementar as demandas das comunidades é necessário ter persistência junto aos órgãos públicos.

• Os projetos devem interagir, desde o início, com as instituições promotoras, parceiras e programas afins, num esforço conjunto pela eficácia e efetividade das ações.

• As propostas de geração de renda devem incluir estudos de viabilidade do empreendimento.

• Dinheiro e equipamentos não são um fim em si, mas um meio para atingir objetivos.

• A troca de conhecimentos entre os participantes ajuda a despertar a criatividade.

• A elaboração dos projetos, sempre que possível, deve ser baseada no conhecimento das diferentes realidades do setor pesqueiro.

• Deve-se orientar o pescador sobre o problema de captura do pirarucu quando outros peixes menores estão sendo pescados.

Relação com o mercado exige novas habilidades

• A venda do pescado depende de estratégias de mercado bem elaboradas; cada cada tipo de peixe exige uma estratégia própria.

• A implantação de entrepostos pesqueiros e seus esquemas de fornecimento e controle dos preços são complexos. A maioria dos pescadores não desenvolveu habilidade para gerir essas estruturas.

Metodologia e execução do planejamento

• É importante organizar um plano de manejo em todos os aspectos: técnico, operacional, institucional e organizativo.

• As atividades devem ser planejadas e de consenso de todos.

• Os executores dos Planos de Manejo devem aprender como organizar as opiniões dos outros.

Parcerias entre comunidades e órgãos governamentais

- O trabalho em parceria, entre comunidades e órgãos públicos é um caminho para o fortalecimento dos Planos de Manejo.
- As parcerias com entidades que desenvolvem trabalho de conscientização em relação à preservação ajudam a fortalecer o trabalho das comunidades.
- É importante que as várias entidades governamentais (Ibama, prefeituras etc.) trabalhem como aliadas das organizações na conservação ambiental.

Propostas

As propostas foram discutidas nos grupos e depois apreciadas por todos.

Apresentam idéias para a continuidade do trabalho de Manejo dos Recursos Aquáticos, com base no aprendizado gerado nas práticas das comunidades e nas parcerias institucionais bem sucedidas. Todos os participantes mostraram-se muito interessados na implementação e manutenção de procedimentos que, de fato, assegurem a sustentabilidade dos lagos e rios e, conseqüentemente, do pescado.

Política de compra/venda - buscar mercados para formas de classificação do pirarucu. Não se deve capturar a espécie com menos de 1,50m.

Financiamento

- Que as linhas de crédito da região estabeleçam financiamento adequado ao perfil da clientela (populações tradicionais) quanto a garantias, juros e prazos.

- Adaptação das condições, normas e procedimentos dos mecanismos financeiros para projetos de pequeno porte. Inclusão de projetos de estruturas de beneficiamento e capital-de-giro.

- No caso da pesca artesanal, essas condições devem ser adaptadas de acordo com as características da pesca em nível micro-regional, pois essa modalidade apresenta diferenças nas espécies capturadas, nos tipos de embarcação, nas áreas de captura (lagos internos ou rios, baías e mares) , níveis de renda etc. Ou tentar um padrão adaptado à todos essas diferenciações.

- Fazer chegar ao produtor rural crédito do Pronaf e outras linhas nacionais, por meio do Banco do Brasil, também adaptadas à realidade de cada região.

- Criação de uma linha de apoio direcionada à fiscalização ambiental (capacitação de monitores e infra-estrutura, equipamentos e transporte).

- Que as linhas de crédito financiem viveiros de peixe.

Assistência técnica e capacitação dos agentes locais

- Realizar treinamento para técnicos conforme a demanda dos trabalhos de manejo.

- Desenvolver programas de treinamento para agentes de saúde comunitários; considerando que essa questão é importante para a sustentabilidade social das comunidades.

- Realizar levantamentos nas áreas pretendidas para os projetos com o devido acompanhamento técnico.

- Desenvolver parcerias com as universidades numa relação de intercâmbio de conhecimentos para aperfeiçoamento do subprojeto.

- Que sejam priorizados investimentos em capacitação de multiplicadores nas comunidades, os pescadores artesanais e suas famílias.

- Acompanhamento contínuo com assistência técnica nos subprojetos de conservação envolvendo órgãos governamentais e ongs.

- Adaptação de métodos de avaliação e monitoramento de subprojetos regionalizados.

Processamento e comercialização

- Realizar parceiras com o GTA e colônias de pescadores para a realização de treinamentos para capacitação gerencial e administrativa das organizações de base.

- Capacitação das comunidades com técnicos nas áreas de produção para saber quanto tem e quanto pode ser comercializado de seus estoques.

- Elevar o número de técnicos para elaboração e acompanhamento dos projetos das comunidades.

- Incentivar projetos para fortalecer o GTA e outras organizações representativas na busca de saídas para a comercialização.

Políticas públicas

- Que os municípios apoiem a realização de pesquisas voltadas para a conservação dos estoques pesqueiros locais.

- Efetivar apoio financeiro, por meio de programas municipais de educação, para repassar o conhecimento gerado nas experiências de Manejo de Recursos Aquáticos nas escolas rurais.

- Envolvimento efetivo do poder público municipal na fiscalização ambiental – Guarda Municipal devidamente capacitada.

- Implementação de uma política pesqueira por parte do Poder Público municipal com a participação da sociedade.

- Incorporar idéias dos *Acordos de Pesca* nas políticas ambientais municipais e estaduais.

- Os subprojetos devem acionar o PDA para estabelecer parcerias com o governo local.

- Que os órgãos públicos apoiem as iniciativas comunitárias e organizações de classe, como as colônias de pescadores, em suas atividades de conservação.

- Destinar topógrafos para alguns subprojetos.

Âmbitos estadual e nacional

- Implementar ações que agilizem a legalização da terra por parte do Incra/Iterpa e campanha ampla de legalização das terras de várzea pelo SPU/DPU.

- Promover a visibilidade, em âmbito nacional, da criatividade e efetividade das iniciativas locais de produção sustentável e preservação ambiental, conquistando a opinião pública.

- Promover a interação entre programas da linha ambiental (PDA) com outros de geração de renda (Pronagem Amazônia) e de financiamentos (FNO), visando a complementariedade de recursos para as comunidades desenvolverem seus planos de manejo.

- Criar sistema de fiscalização, junto ao Ibama e prefeituras, que permita uma ação mais eficaz das comunidades.

- Formar um grupo de agentes ambientais nas regiões, integrados com os projetos existentes em cada localidade.

- Que os governos estaduais assegurem melhores condições de trabalho para os técnicos que atuam na extensão rural.

Pesquisa e difusão de tecnologias

- Orientar os financiamentos para as pesquisas na área de Manejo de Recursos Aquáticos de acordo com a demanda local.

- Sistematizar, disponiblizar em linguagem acessível às comunidades e divulgar os conhecimentos já adquiridos sobre Manejo de Recursos Aquáticos e instrumentos de intervenção (*Acordo de Pesca*, conselhos de pesca, agentes ambientais etc.).

- Enfatizar a difusão/divulgação de pesquisas e tecnologias existentes para nortear as decisões das comunidades sobre o Manejo, Processamento e Comercialização.

- Pesquisar os *Acordos de Pesca* a respeito da contribuição efetiva desse mecanismo em termos de aumento de produtividade e segurança alimentar.

- Promover pesquisa sobre manejo de espécies aquáticas, com ênfase em espécies ameaçadas pela sobrepesca.

- Promover pesquisa sobre o mercado do peixe defumado.

- Pesquisar os mecanismos de monitoramento.

- Realizar oficina para apresentação de metodologias de trabalho com populações tradicionais ou populações pobres.

- Auxiliar os produtores com pesquisas para aumentar a produtividade dos lagos por meio do manejo.

- Orientar os pescadores sobre o problema de capturar pirarucu quando está se pescando outros peixes menores, evitando pressão desorganizada sobre a espécie.

Sugestões ao PDA

- Considerar e treinar as pessoas das entidades locais como ministradores de cursos, supervisionados pelo PDA.

- Realizar oficinas de capacitação em elaboração de projetos para as organizações e comunidades que não possuem entidades de apoio e assessoria.

- Priorizar os subprojetos PDA que estão dando certo, especialmente na proteção de lagos e florestas.

- Promover visitas técnicas às organizações antes de aprovar suas propostas procurando identificar necessidades de adequações.

- Realizar oficinas de capacitação em gestão de projetos e gerenciamento de negócios para os dirigentes dos subprojetos.

- Os subprojetos devem acionar mais os Gapeps (Grupos de Apoio a Execução de Projetos).

- Articular Termos Aditivo entre o Basa e o PDA dentro do Termo de Cooperação Técnica e Financeira firmado entre o Basa e o MMA, visando o fortalecimento dos subprojetos.

- Que o PDA apoie as Colônias de Pescadores.

- Que o PDA apoie todos os tipos de organização local. Mesmo as comunidades que não possuem organização, podem apresentar projetos por meio de outras que sejam legalizadas.

- Que o PDA promova estágios para estudantes universitários no acompanhamento de projetos (biólogos, sociólogos, agrônomos, etc.).

Acervo ISA

Mata Atlântica

PORTO SEGURO, 1998

Introdução

Os executores dos 17 subprojetos apoiados pelo PDA, no âmbito da Mata Atlântica, reuniram-se em Porto Seguro (BA), nos dias 03 e 04 de setembro do ano passado. Os participantes apontaram a divulgação e ampliação dos conhecimentos sobre a floresta nativa, juntamente com a capacitação e envolvimento das comunidades locais, como acertos na concretização de ações de recuperação, conservação e manejo sustentável das florestas.

Outros acertos apontados são a constituição de parcerias entre instituições não governamentais, governamentais e de pesquisa e o fortalecimento institucional das entidades, garantindo desta forma, meios para a consolidação das experiências. Os executores dos projetos sugeriram à Secretaria Técnica do PDA que promova encontros de trabalho entre subprojetos semelhantes, envolvendo também os beneficiários diretos e busque a integração dos resultados dos subprojetos com as políticas ambientais.

Uma das principais lições geradas pelos subprojetos, segundo os executores, é a percepção de que os resultados aumentam com o estabelecimento de parcerias e envolvimento das comunidades locais. Da mesma forma, o fortalecimento das ONGs e o envolvimento e conscientização dos proprietários, permite o desenvolvimento de métodos e técnicas de preservação e recuperação da Mata Atlântica. Outra lição importante diz respeito ao envolvimento das comunidades locais, que aumenta à medida que se consegue demonstrar a existência de interrelação forte entre conservação e produção.

As principais dificuldades enfrentadas pelos subprojetos, segundo os executores, são a ausência de políticas públicas e a falta de compromisso das autoridades com a preservação e recuperação da Mata Atlântica. Outras dificuldades dizem respeito a complexidade dos subprojetos demonstrativos, aliada a fragilidade de informações técnicas e o tempo de duração dos subprojetos, tendo em vista que os resultados, geralmente, se dão a médio e longo prazos.

As organizações parceiras do PDA, na Mata Atlântica, apontam o mecanismo de repasse de recursos através do Banco do Brasil, como um dos aspectos mais positivos do Subprograma.

Acervo ISA

Objetivo

Avaliação coletiva da implementação dos subprojetos apoiados pelo PDA na região da Mata Atlântica e ecossistemas associados e definição de ações para o período 1998-1999.

Passos Metodológicos

Para o alcance do objetivo proposto para a Oficina, foram definidos os seguintes passos metodológicos:

1. Identificação das oportunidades geradas pelos subprojetos
2. Identificação das lições dos subprojetos
3. Identificação das dificuldades enfrentadas pelos subprojetos
4. Identificação de problemas gerais, encaminhamentos e definição de papéis

Para a identificação das oportunidades, lições e dificuldades, o grupo dividiu-se em dois subgrupos formados por representantes dos subprojetos, da ST do PDA e de outras entidades da RMA. Os subgrupos foram assim formados:

Grupo A

José Gilson F. de Sá
Maria das Dores de V. C. Melo
Viviam Ferraz
Kathia V. Monteiro
Renato Cunha
Míriam Prochnow
Wigold B. Schaffer
Jane N. Maschietto
Denise Marçal Rambaldi
João Paulo R. Capobianco
André M. P. Carvalhaes
Rinaldo C. Mancin (ST-PDA)
Harald Lossack (GTZ-PDA)
Ricardo Russo (ST-PDA)

Grupo B

Obdulia Meneses
Rosa Maria Neves
João A . Motta Neto
Joseilton E. de Souza
Edson José Soares
Sérgio Prado
Marisete I. S. Catapan
Luís de Lima Barbosa
Antônio B. Assunção
Elbano Paschoal F. Morais
José Maria Tardim
Marcelo Galassi de F. Paranhos
Raimunda Monteiro (ST-PDA)
Ricardo Verdum (ST-PDA)

Os resultados dos trabalhos dos subprogramas foram submetidos à plenária para discussão e definição dos problemas gerais, os encaminhamentos identificados como necessários e a definição de papeis neste processo. A seguir, sua transcrição:

Grupo A

Oportunidades geradas

- Geração de emprego.
- Sensibilização da população para o controle de Unidades de Conservação.
- Participação da comunidade.
- Recuperação e conservação da Mata Atlântica.
- Valorização da recuperação florestal.
- Experiências com trabalho coletivo de recuperação florestal, facilitando e ajudando na busca de soluções de problemas.
- Trabalhar com produtores rurais.
- Fortalecimento das ONGs proponentes.
- O PDA possibilitou experiências práticas para o desenvolvimento de novas técnicas.
- Realização de parcerias com prefeituras, proprietários, empresas, órgãos públicos, ongs etc..
- Conhecimento mais profundo das comunidades locais.
- Capacitação dos atores envolvidos.
- Instiga órgãos governamentais a exercer ação efetiva de controle.
- Envolvimento das mulheres rurais.
- Ampliação do conhecimento sobre a Mata Atlântica.
- Manejo de espécies da fauna ameaçadas de extinção.
- Divulgação da Mata Atlântica para a sociedade.
- Incentivo a experiências de desenvolvimento sustentável.

Lições das experiências

- Não se pode pensar em conservação sem pensar nos projetos que envolvem SAFs.
- Necessidade de articulação para viabilizar a sustentabilidade do subprojeto.
- Importância de ligar o reflorestamento com o interesse do cidadão.
- Os subprojetos devem possibilitar a geração de renda.
- O fortalecimento das ongs permitiu o desenvolvimento de técnicas e méto-

dos de preservação e recuperação da Mata Atlântica.

- Preservação da Mata atlântica através do envolvimento e conscientização dos proprietários de áreas, como o manejo.
- Parcerias facilitam a execução de subprojetos.
- É necessário demonstrar a interrelação entre conservação e produção para garantir o envolvimento dos parceiros locais.
- Mecanismo do PDA como modelo para outros programas.
- Uso de espécies como motivadores da conservação ambiental.
- Influenciar na formulação de políticas públicas favoráveis a iniciativas. inovadoras é fundamental para a disseminação dos resultados.
- Demonstrar em campo tem contribuído para a concretização e o envolvimento dos proprietários.

Dificuldades enfrentadas pelos subprogramas

- Conseguir mudas de spp. pioneiras da Mata Atlântica.
- Três anos são insuficientes para alavancar alternativas de sustentabilidade dos subprojetos.
- Inexperiência das Ongs na execução de projetos.
- Falta de compromisso das autoridades com a preservação e recuperação da Mata Atlântica.
- Complexidade dos subprojetos demonstrativos.
- Falta de retorno econômico aos proprietários envolvidos.
- Ausência de políticas públicas complementares aos subprojetos.
- Convencer proprietários rurais para a adoção de novas técnicas.
- Fragilidade de integração entre órgãos públicos no apoio aos subprojetos em desenvolvimento.
- Obter apoio dos proprietários de áreas preservadas.
- Pequeno envolvimento dos proprietários de áreas preservadas.
- Burocracia excessiva e custos elevados para licenciamento de atividades de manejo.
- Estabelecer parcerias com o setor empresarial.

Grupo B

Oportunidades geradas

- Melhorar a organização associativa.
- Fortalecimento institucional de entidades.
- Novos paradigmas de participação das comunidades.
- Desenvolvimento de projetos próprios das comunidades.
- Revitalização de processos sócio-culturais e políticos.
- Integração de várias instituições – governamentais e de pesquisa.
- Experimentar novas propostas tecnológicas.
- Conhecimento de técnicas agroflorestais.
- Introdução de SAFs como alternativa tecnológica para recuperação de áreas degradadas.
- Reorientar projetos de desenvolvimento em alguns locais.
- Mudanças no comportamento em relação a conservação da natureza.
- Divulgação dos novos conceitos.
- Aprimoramento metodológico.
- Diversificação no sistema produtivo.
- Manejo sustentado de sistemas naturais e agroflorestais.
- Alternativa ao projeto de desenvolvimento vigente.
- Intercâmbio com a sociedade envolvente por meio da venda de mudas (viveiro de mudas).
- Experimentação e consolidação de experiências de comercialização.
- Divulgação ampla da proposta agroflorestal.
- Demandas de novas assessorias.
- Novas demandas para a pesquisa e extensão rural.
- Mais espaço para influenciar nas políticas públicas.

Lições das Experiências

- Novos procedimentos técnicos de manejo.
- SAFs são tecnologias em desenvolvimento.
- A possibilidade de serem recuperadas áreas degradadas com SAFs.

Acervo ISA

- Novos modelos de recuperação compatibilizando tipos de solo e espécies.
- Só metodologias adaptadas permitem êxito dos subprojetos.
- A geração de metodologias de experimentação participativas.
- Discussão e elaboração do subprojeto com os executores são positivas.
- Necessidade de repetição dos procedimentos pedagógicos.
- Valorização do indivíduo como cidadão.
- Geração de metodologia de formação de técnicos e agricultores.
- A necessidade de insistir no processo educativo para as questões ambientais com os executores e parceiros.
- Só com outras parcerias o subprojeto pode ter resultado.
- Os órgãos do entorno (governo municipal) passam a ter conhecimento da comunidade.
- O intercâmbio entre os subprojetos e a organização dos grupos envolvidos são fundamentais.
- Os subprojetos precisam estar plenamente integrados ao "Programa" (PDA).
- Experiências ambientais que envolvem beneficiamento e comercialização podem ser bem sucedidas.
- Subprojetos efetivamente demonstrativos fortalecem a RMA.
- Pensar em projetos a longo prazo.
- Necessidade de retorno econômico a mais curto prazo.
- A possibilidade de geração de renda com SAFs.
- Geração de metodologias de difusão ampla.
- Experiências podem auxiliar na formulação de políticas públicas.
- Sem influenciar as políticas públicas, os subprojetos correm grandes riscos.

Dificuldades enfrentadas pelos subprojetos

- Aumento da seca.
- Introdução de técnicas alheias à cultura indígena.
- Falta de informações técnicas.
- Necessidade de subprojetos complementares para fixar comunidades circunvizinhas.
- Dificuldade de atender número crescente de pessoas interessadas nos resultados e benefícios do subprojeto.

- Relações insuficientes entre os subprojetos entre si e com a ST do PDA.
- Baixo nível de relacionamento institucional entre Secretarias de Estado e Município e instituições de pesquisa, extensão e ensino.
- Garantir a continuidade dos subprojetos sem a articulação de outros parceiros.
- Tempo de implantação dos subprojetos é pequeno.
- Políticas públicas antagônicas aos princípios dos subprojetos.
- Precisão na definição dos indicadores de resultados sustentáveis.
- Os resultados se dão a longo prazo.
- A internalização da proposta tecnológica pelos executores e parceiros.
- Descrença gerada pela herança de promessas não-cumpridas.
- Desânimo em vista do tempo de retorno econômico das espécies perenes.
- Capital de giro para o desenvolvimento de atividades mercantis.
- Dificuldade de retorno financeiro a curto prazo.
- Resultados econômicos a médio e longo prazos.
- Legislação inadequada ao perfil dos subprojetos.
- Elaboração de metodologias de difusão.
- Dimensionamento adequado das áreas piloto.

Anexo
Lista de participantes

Oficina de Santarém

Aberlardo de Matos Amaral
Av. Mendonça Furtado 161, Cep 68.005-100, Santarém, PA
Telefone: (091) 522 1764
Afonso Silva Carvalho
Projeto Mamirauá, Av. Brasil 197, Bairro Juruá, Cep 69470-000, Tefé, AM
Telefax: (092) 743 2736
Antônio de Oliveira
AMPRAVAT, Comunidade Surucuá, Rio Tapajós, Margem Esquerda
Cep 68040-400, Santarém, PA
Telefone: (091) 522 1845 Fax: (091) 522 1845
Antônio de Sá Pinto
ANMTSM, Av. Mendonça Furtado 2060
Telefone: (091) 522 5833
Antônio José Mota Bentes
CEAPAC, Trav. Agripina de Matos 203, Sale, Cep 68040-410, Santarém, PA
Telefax: (091) 522 4201/522 1410 e-mail: ceapac@tap.com.br
Antonio M. da Silva
Projeto Mamirauá, Rua Brasília s. nº, Cep 69470-000, Tefé, AM
Fone: (092) 743 2166 Fax: (092) 743 2736
Arinaldo Batista da Silva
PSA, Trav. Dom Armando 697, Cep 68.009-420, Santarém, PA
Telefone (091) 523 1083 Fax (091) 522 5144
Cleidimar Ribeiro de Azevedo
PROJETO IARA-IBAMA, Av. Tapajós 2267, Cep 68040-000,Santarém, PA
Telefax: (091) 523 2815, e-mail: cleidmar@tapnet.com.br
Cleilim Albert Dias de Sousa
UFPA, Av. Presidente Vargas, s. nº, Cep 68040-000, Santarém, PA
Telefone:(091) 523 1087/523 1403
Conceicão Campos
GDA, Trav. Agripina de Matos 203, Sale, Cep 68040-410, Santarém, PA
Telefone: (091) 522 6852 Fax: (091) 522 6852
Elaine de Amorim Carreira
Ministério Publico Federal , 6ª Câmara, Brasília
Av. L2 Sul – Q. 604 – Lt 23 sala 102, Cep 102000-901, Brasília, DF
Telefone: (061) 313 5230 - Fax: (061) 313 5364
Eliene Jaques Rodrigues
SUDAM, Av. Almirante Barroso 426, Marco, Cep 66090-000, Belém, PA
Telefone: (091) 210 5437 - Fax: (091) 228 3936
Everaldo Fernades Pereira
Z-20, Av. Mendonça Furtado, s. nº, Cep: 68.005-100, Santarém, PA
Telefone: (091) 522 1764
Francisco de Sales
Associação de Moradores e Cooperativa, Sitio Mandirá, Cep 11990-000 ,
Cananéia , SP, Telefone: (013) 851 1163 (Parque Estadual)

Harald Lossack
GTZ - PDA, Esplanada dos Ministérios, Bloco B, Sala 928, Cep. 70.100-900,
Telefone: (061) 317 1441 Fax: (061) 317 1124
e-mail: harald.cossack@mma.gov.br
Helielson Barbosa da Silva
FEPAP/PDA, Av. FAB, Canto com São José – Bloco II – Casa B
Cep. 68.900 – 000, Macapá, AP
Telefax: (096) 223 9617
Joel Machado Rodrigues
ATRA, Av. 7 de setembro 125, Tucurui, PA
Telefone: (091) 787 1772 Fax: (092) 787 1772
John Garrison
BANCO MUNDIAL, SCN Q. 2 LOTE A, Cep: 707712-910, Brasília, DF
Telefone: (061) 329 1029 Fax: (061) 329 1010
Jose Luis Arias Bahia
BASA, Av. Presidente Vargas 800, Cep 66017 – 000, Belém, PA
Telefones: (091) 216 3251 /216 3512 Fax: (091) 216 3400
Loureço Silva (Manelis)
MOPEPA, Vila de Aranai, s/ nº, Cep: 68.840-000 – Cachoeira Boarari – PA
Telefone: (091) 981 0419 – Posto , ou, (091) 241 2919 –
Fax: (091) 241 6269
Mara Vanessa Fonseca Dutra
Consultora, SHCES 1209 Bl. J ap. 403, Cruzeiro Novo, Cep 70658-300
Brasília, DF, Telefone: (061) 501 0488 Fax: (061) 501 0488
e-mail: maravan@ solar.com.br
Maria Clara Couto Soares
FUNBIO, Praia do Botafogo 184 (CIN) sl 101,Cep 22253-900, Rio de Janeiro, RJ
Telefone: (021) 536 9492 Fax: (021) 536 9493
Mauro Luis Ruffino
Projeto IARA-CNPT/IBAMA, Av. Tapajós 2267, Cep 68.040-000, Santarém,PA
Tel. (091) 522 3370 Fax: (091) 523 2815
e-mail: mlrufino@tap.com.br
Narciso Ferreira De Abreu
Conselho PRLM, Av. Mendonça Furtado 161, Cep 68.005-100, Santarém, PA
Tel. (091) 522 1764 (Z-20) / 522 5538
Neila Soares
BANCO MUNDIAL, SCN. qd. 02 Lote A, Cep 70712-910, Brasília, DF
Telefone: (061) 329 1001 Fax: (061) 329 1012
e-mail: nsoaresl worldbank.org
Nivaldo Antonio Martins dos Reis
CNPT-IBAMA, Av. Tapajós 2267, Cep 8040-000, Santarém, PA
Telefone: (091) 523 2847 Fax: (091) 523 2815
Oriana Trindade de Almeida
PROJETO VÁRZEA, Rua Rui Barbosa 136, Cep 68040-080, Santarém, PA
Telefone: (091) 522 5538 **e-mail: oriana@ zaz.com.br**
Orlando Paulino da Silva
COSAMA, Trav. Floriano Peixoto 343, Cep 680400-440, Santarém, PA
Telefax: (091) 523 1644
Paulo Dário Taketomi
Rua 24 de outubro, 1358 – Altos, Cep 68.040-010, Santarém, PA
Telefone: (091) 522 3172

Pedro Maciel
ASPAR, Rua Arthur Silva, 2763, Cep 68.330 – 000, Porto de Moz, PA
Telefax: (091) 793 1200
Raimunda Nonata Monteiro
PDA/PPG7, Esplanada dos Ministérios, Bloco B, Sala 928
Cep 70.100-900, Brasília, DF
Telefones: (061) 317 1441 / 317 1306 Fax: (061) 317 1124
e-mail: raimunda.monteiro@mma.gov.br
Raimundo Rosi dos Passos Costa
ASCON, Rua Barão do Rio Branco, 2645, B. Santa Terezinha
Telefone: (091) 544 1943
Regicleida dos Santos Silva
CNPT/IBAMA, Av. Tapajós, 2267, Cep. 68040-000, Santarém, PA
Telefone: (091) 523 2847 Fax: (091) 523 2815
Regina Glória Pinheiro Cerdeira
PROJETO IARA - IBAMA, Av. Tapajós, 2267, Aldeia, Cep. 68040-000
Santarém, PA, Telefone: (091) 522 3370 Fax: (091) 523 2815
Ricardo Verdum
PDA/PPG7, Esplanada dos Ministérios, Bloco B, Sala 928
Cep 70.100-900, Brasília, DF
Telefones: (061) 317 1441 / 317 1306 Fax: (061) 317 1124
e-mail: rverdum@mma.gov.br
Rinaldo César Mancin
PDA / MMA, Esplanada dos Ministérios, Bloco B, Sala 928
Cep: 70.100-900, Brasília, DF
Telefone: (061) 317 1441 - Fax: (061) 1124
e-mail: rcmancin@mma.gov.br
Rosana Suely Santana da Silva
BASA, Praça São Sebastião, s. nº., Santarém, PA
Telefone: (091) 522 2563 Fax: (091) 523 2898
Shirley da Conceição Costa
BASA, Trav. Presidente Vargas, 800, Cep 66.017 – 000, Belém, PA
Telefone: (091) 216 3443 - Fax: (091) 223 8299
Soniamar Zschornack
SUDAM, Av. Almirante Barroso, 426, Cep66.090 – 000 , Belém, PA
Telefone: (091) 210 5504 – 5408 Fax: (091) 210 5693
E mail: mailto:soniamar@sudam.gov.br
Wagner Alan dos Santos Moreira
UFPA , Av. Presid. Vargas, s/nº , Cep 68040-180, Santarém, PA
Telefone – (091) 523 1011
Willian Rangel Vasconcelos
UFPA, Av. Presidente Vargas, s. nº, Cep 68040-000, Santarém, PA
Telefone: (091) 523 1087

Oficina Mata Atlântica

André M. P. Carvalhaes Barbado
Associação ONGs Sócio-Ambiental da Chapada da Diamantina
Liliane A . M. de Andrade
Comissão de Meio Ambiente da Câmara Municipal de Porto Seguro
Obdulia M. de Meneses
Terra Mater
José Gilson Ferreira de Sá
Associação Comunitária Indígena Fowa Pypny-So
Rosa Maria Neves
Rebraf
Maria das Dores de V. C. Melo
Sociedade Nordestina de Ecologia
Viviane Ferraz
Instituto de Pesquisa Ambiental
Kathia Vasconcellos Monteiro
Núcleo Amigos da Terra/Brasil
Renato Cunha
Gambá
Miriam Prochnow
Apremavi
Wigold B. Schaffer
FEEC
João Mota Neto
APTA
Joseilton E. de Souza
Centro Sabiá
Edson José Soares
CAT - Governador Valadares
Sérgio Prado
Verdeter
Marisete I. S. Catapan
SPVS
Luís de Lima Barbosa
SASOP
Antonio B. Assumpção
Terra Viva
Elbano Paschoal F. Morais
Gambá
Antonio Tamarri
Movimento de Defesa de Porto Seguro
Fernando Helena Duarte
APAM/PB
Magma Luduvice
MMA/SIP/DEMAI
Jane N. Maschietto
Flora Tietê
Simone Furtado
SOS Mata Atlântica